

Relatório de Atividades 2011



ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	4
II – AUTO-AVALIAÇÃO	8
II. 1 - Definição dos objetivos operacionais - QUAR 2011	8
II. 2 - Autoavaliação – Resultados alcançados	12
II.2. 1 – Fontes de verificação	18
II.2.2 – Atividade desenvolvida por áreas temáticas	21
II.2.2.1 – Atividades desenvolvidas em 2011	21
II.2.2.2 – Execução 2010-2011	39
II.3 – Autoavaliação – Informação adicional	43
II.3.1 – Afetação real e prevista de recursos humanos e financeiros	43
II.3.1.1 – Recursos humanos	43
II.3.1.2 – Recursos financeiros	44
A) Análise económica, financeira e patrimonial	44
II.3.2 – Apreciação por parte dos utilizadores da quantidade e qualidade dos serviços prestados	63
II.3.3 – Avaliação dos sistemas e procedimentos de controlo interno	63
II.3.3.1 – Ações de auditoria externa	63
II.3.4 – Análise das causas de incumprimento de ações ou projetos não executados ou com resultados insuficientes	65
II.3.5 – Desenvolvimento de medidas para reforço positivo do desempenho	66
II.3.6 – Comparação com o desempenho de serviços idênticos no plano nacional e internacional	66
II.3.7 – Audição de dirigentes e demais trabalhadores na autoavaliação dos serviços	66
III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL	67
IV – AVALIAÇÃO FINAL	82
ANEXOS	83

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Objetivos das Unidades Orgânicas / Objetivos do QUAR	9
Quadro 2 - Grau de cumprimento dos objetivos operacionais	12
Quadro 3 - Resultados alcançados	15
Quadro 4 - Número de trabalhadores em exercício de funções 2004-2011	43
Quadro 5 - Taxa de execução da receita afeta ao Orçamento de Funcionamento	46
Quadro 6 - Taxa de execução da receita afeta ao Orçamento PIDDAC	48
Quadro 7 – Receita global por orçamento e fonte de financiamento	49
Quadro 8 - Taxa de execução da despesa afeta ao Orçamento de Funcionamento	50
Quadro 9 - Taxa de execução da despesa afeta ao Orçamento PIDDAC	52
Quadro 10 - Despesa global por orçamento e agrupamento de despesa	53
Quadro 11 - Composição do ativo líquido 2010-2011	55
Quadro 12 - Composição percentual do ativo líquido no ano 2011	56
Quadro 13 - Fundos próprios e passivo	57
Quadro 14 - Composição percentual dos fundos próprios e passivo	58
Quadro 15 - Estrutura de proveitos	59
Quadro 16 - Estrutura de custos	61
Quadro 17 - Resultados de exercício	62
Quadro 18 - Ações desenvolvidas pela CCDR Algarve	64
Quadro 19 - Distribuição dos trabalhadores por grupos/cargos/carreiras	67
Quadro 20 - Distribuição dos trabalhadores pela modalidade do vínculo	68
Quadro 21 - N.º de efetivos por género em 2011	69
Quadro 22- Estrutura etária em 2011	70
Quadro 23 - Antiguidade por grupo de pessoal em 2011	71
Quadro 24 - Estrutura habilitacional em 2011	73
Quadro 25 - Postos de trabalho previstos e não ocupados por dificuldade de recrutamento	76
Quadro 26 - N.º de ausências ao trabalho	77
Quadro 27 - Ausências ao trabalho 2009-2011	77
Quadro 28 – Estrutura remuneratória	79
Quadro 29 – Ações de formação – Anos 2009 a 2011	81

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Dotações corrigidas e valores recebidos – Orçamento de Funcionamento	47
Gráfico 2 - Dotações corrigidas e valores recebidos – Orçamento PIDDAC	48
Gráfico 3 - Receita global por orçamento	49
Gráfico 4 - Dotações corrigidas e valores pagos – Orçamento de Funcionamento	51
Gráfico 5 - Dotações corrigidas e valores pagos – Orçamento PIDDAC	53
Gráfico 6 - Despesa global por orçamento	54
Gráfico 7 - Composição do ativo líquido	56
Gráfico 8 - Comparação dos fundos próprios e passivo 2010-2011	57
Quadro 9 - Composição dos fundos próprios e passivo	58
Gráfico 10 - Proveitos e ganhos operacionais	59
Gráfico 11 - Custos e perdas operacionais	61
Gráfico 12 - N.º de efetivos por género 2009-2011	70
Gráfico 13 - Estrutura etária em 2011	71
Gráfico 14 - Antiguidade por grupo de pessoal	72
Gráfico 15 - Estrutura habilitacional em 2011	73
Gráfico 16 - Estrutura habilitacional segundo o sexo	74
Gráfico 17 - N.º de dias de ausência ao trabalho no período 2009-2011	78

I – INTRODUÇÃO

Tal como já tinha acontecido em 2010, também 2011 foi genericamente marcado por uma relativa estabilidade relativamente ao ano anterior, quer no que respeita às atividades desenvolvidas quer relativamente aos recursos financeiros e humanos disponíveis.

Neste quadro, merece apenas particular destaque a conclusão do processo de implementação do POC-P, que permitiu a contabilização e o encerramento de contas referentes a 2011 na óptica da contabilidade patrimonial.

Apesar da persistência do quadro de escassez estrutural de recursos – financeiros e de pessoal (manteve-se o défice relativamente ao quadro previsto no QUAR) - e de restrições acrescidas à agilidade dos processos administrativos (gestão orçamental, pessoal e aquisições), foi possível cumprir os objetivos definidos no âmbito do QUAR (dos 9 objetivos fixados, 6 foram superados e 3 atingidos), não só porque estes foram definidos de forma realista, tendo em conta os meios disponíveis, mas também devido ao empenho da generalidade dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Em termos sumários, são dignas de destaque as seguintes atividades levadas a cabo pelas Direções de Serviço e Divisões:

a) Ordenamento do Território

Destaque para o processo de implementação do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve), através da realização do Relatório de Avaliação e das reuniões do Observatório deste plano regional, bem como do acompanhamento/apreciação da elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), cuja elaboração é da competência das câmaras municipais, tendo-se verificado a apresentação de um acrescido número de pretensões de núcleos de desenvolvimento turístico (NDT) e de núcleos de desenvolvimento económicos (NDE), para apreciação.

Também relevante foi a participação, através do sistema informático, na formulação da decisão global e vinculativa de toda administração central, no âmbito da consulta às diversas entidades, que devem pronunciar-se sobre operações urbanísticas, em razão da localização e, bem assim, na agilização da apreciação das pretensões em áreas abrangidas pelo regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), com recurso às tecnologias de informação e comunicação (TIC), baseadas em sistemas de informação geográfica (SIG), que integra a “infraestrutura de dados espaciais do Algarve” (IDEALG)

Este projeto (IDEALG) desenvolvido e implementado internamente desde 2010, sendo que no decurso de 2011, fruto da experiência adquirida na sua utilização continuada e da introdução de novos temas, nomeadamente dados cartográfico dos PDM e a delimitação de 9 planos especiais de ordenamento do território, bem como novas funcionalidades, como sejam a consulta dos regulamentos dos PDM e a emissão de relatórios da REN, contribuíram decisivamente para a agilização e maior rigor na apreciação das pretensões, bem como para a melhoria da resposta e da imagem da CCDR, prevendo-se a sua disponibilização diretamente para exterior, em 2012, através do site da CCDR.

Ainda no âmbito do regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) a CCDR Algarve, garantiu a integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) definida pelo PROT Algarve, apreciou proposta de delimitação da REN, para além da emissão

de autorizações e apreciação de comunicações prévias apresentadas, essencialmente, por particulares.

Procedeu-se ainda à apreciação e acompanhamento de diversos projetos, designadamente os desenvolvidos pela Sociedade Polis, no litoral do Algarve, os relativos à rede viária, nomeadamente na Variante a Faro, Olhão, Aljezur e outros.

b) Ambiente

Destaque para a execução do Plano de Ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D), em que os técnicos da DSA efetuaram visitas a todos os locais licenciados para a gestão de RC&D na região a às obras públicas que estavam a decorrer em 2011, para verificação da forma de gestão dos RCD e nível de cumprimento da licença atribuída por esta CCDR. O número total de visitas foi de 18. Em alguns locais foram efetuadas novas visitas, devido à verificação de diversos incumprimentos.

De destacar também o início do programa de verificação da gestão de resíduos em oficinas mecânicas. No âmbito do ruído foi concluído o projeto de monitorização acústica de Portimão.

c) Desenvolvimento Regional

Em 2011 o Centro de Observação das Dinâmicas Regionais estabilizou os mecanismos de recolha e tratamento da informação de apoio à Decisão Regional, tendo assegurado a elaboração de um conjunto significativo de Boletins estruturados ao nível de indicadores de conjuntura e de mobilidade.

O projeto “Algarve Acolhe”, uma vez conseguida a estabilização de metodologias, manteve as duas atualizações dos conteúdos e iniciou o processo de internacionalização, com três sessões públicas de partilha de resultados, tendo sido acompanhado neste processo pelos parceiros regionais do grupo de contacto.

Em 2011, concluiu-se o Projeto TASA – Técnicas Ancestrais Soluções Atuais superando-se todas as metas estabelecidas e garantindo-se a continuidade do mesmo por decisão dos artesãos que se articularam sob a forma de rede de cooperação.

d) Apoio Jurídico e Administração Local

No setor das contraordenações, foram encerrados/concluídos 237 processos, 171 através de relatórios e 66 através de CSI (comunicação serviço interna), enviados 300 ofícios, correspondentes às primeiras notificações por infrações cometidas à legislação em vigor (decorrentes dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR) e às notificações das decisões. Foram enviados para tribunal (para execução e para impugnação) 64 processos, os quais aguardam decisão judicial. A base de dados tem 812 processos registados.

e) Gestão Administrativa e Financeira

Destaque para a conclusão do processo de implementação do POC-P que permitiu a contabilização e o encerramento das contas referentes ao ano 2011 na óptica da contabilidade patrimonial.

Destaque igualmente para a consolidação da aplicação Portal do Trabalhador, implementada nos finais do ano 2010.

Continuação da desmaterialização de processos e procedimentos através da integração do gesGuias (sistema interno de faturação) com o SINGAP (Sistema Integrado de Gestão) e com o GesPco (sistema de gestão dos processos de contraordenação).

Num período de 4 meses, após a tomada de posse do novo governo, foi desenvolvido um trabalho muito intenso de preparação e envio de informação sistematizada sobre as áreas transversais (recursos humanos, patrimoniais, financeiros) e de enquadramento estratégico para os Ministérios da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Economia e do Emprego.

f) Fiscalização

Continuação do destaque para as ações de fiscalização relacionadas com os resíduos, designadamente os de construção e demolição - RCD (Plano de Ação para os RCD na região do Algarve) e com a REN, relevando-se ainda o agudizar da crise de recursos humanos disponíveis (inexistência de qualquer vigilante da natureza no setor).

De destacar a importância do Protocolo de Colaboração entre a CCDR Algarve e a GNR através do SEPNA, assinado em maio de 2011, em que a Chefia deste setor foi o elemento de interligação desta CCDR com o Comando Territorial de Faro da GNR/SEPNA. Este Protocolo de Colaboração incluía da parte dos Serviços, nomeadamente, a disponibilização de formação, o que permitiu uma agilização da articulação, com um incremento na quantidade e qualidade do trabalho, contribuindo para um reforço da capacidade de fiscalização desta CCDR face à inexistência de vigilantes da natureza no setor.

g) Sistemas de Informação

A consolidação da virtualização dos servidores permitiu dar mais um passo na modernização dos sistemas da CCDR Algarve. Foi implementado um sistema automático de cópias de segurança dos servidores virtuais num local físico distinto da sede (S. Francisco) permitindo aumentar a capacidade de reposição dos serviços em caso de falhas ou avarias.

Destacar ainda a implementação da 3ª fase dos Serviços Online numa perspetiva de agilização do contacto dos utentes com a administração através de site institucional e a continuidade da desmaterialização de processos (Contraordenações online -1ª fase, integração dos formulários online com o Filedoc, acesso às guias de receita online).

h) Gestão de Fundos Comunitários

No âmbito do PROALGARVE (QCA III) foram efetuados alguns pagamentos finais a beneficiários que decorreram da devolução de verbas (FEDER e FSE) resultantes das Auditorias Finais do PO. Foi também atualizado o site com a exposição de encerramento e os projetos considerados mais emblemáticos.

No que respeita ao PO Algarve 21 foram abertos 31 concursos, foram aprovadas 91 operações durante o ano 2011 e foram decididas e notificadas aos promotores todas as candidaturas resultantes de concursos encerrados. Foram superadas as metas de execução para 2011 (objetivo QUAR), melhorado o Sistema de Informação, atualizado regularmente o site com informação sobre o PO e realizadas 12 sessões de divulgação dos Sistemas de Incentivos.

Foram preparadas 2 versões (junho e setembro) da Descrição de Sistemas de Gestão e Controlo e foi implementado o Plano Anual de Controlo (2007-2010) e o Sistema Contabilístico de Dividas.

II – AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação efetuada baseou-se nos vários instrumentos de gestão, como o Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), o Plano de Atividades, o Balanço Social e a execução orçamental do ano 2011.

II.1 – DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS – QUAR 2011

Tendo presente a experiência do ano anterior, foram definidos os objetivos estratégicos e operacionais numa lógica de top-down (hierarquia e inter-relação dos objetivos) e segundo a metodologia explicitada no quadro 1 apresentado adiante.

- **1º Nível - Objetivos Estratégicos do QUAR base** – de 5 objetivos estratégicos plurianuais, identificados aquando da introdução da avaliação dos serviços no ano de 2008 - SIADAP 1.
- **2º Nível - Objetivos Operacionais QUAR 2010** – definição de 9 objetivos operacionais, tendo presente os objetivos de 1º nível, as orientações da tutela, o plano de atividades para 2011, assim como os recursos financeiros, humanos e materiais.
- **3º Nível - Objetivos Operacionais por Unidade Orgânica** – definição de 6 objetivos (em média) por unidade orgânica, identificando os que contribuem para os objetivos operacionais de 2º nível. O somatório dos objetivos fixado no conjunto das unidades orgânicas excedeu o número de objetivos definidos no QUAR 2011, já que as atribuições das unidades orgânicas não se esgotam nas áreas cobertas pelo QUAR.

A aferição dos resultados e dos desvios foi efetuada regularmente, tendo por base esta estrutura hierarquizada de objetivos. No Anexo I incluem-se as fichas por objetivo estratégico, com o reporte dos resultados e dos desvios ocorridos em cada objetivo operacional.

Todavia, o controlo interno e o sistema de monitorização do QUAR foram estruturados de forma a garantir que as informações em que se baseia este relatório sejam rigorosas e traduzam o desempenho das unidades orgânicas.

QUADRO 1
OBJETIVOS DAS UNIDADES ORGÂNICAS / OBJETIVOS DO QUAR

Objetivos das Unidade Orgânicas	Unidade Orgânica	Relação c/ Objetivos do QUAR (quando existir)	
		Objetivos Estratégicos (N.º)	Objetivos Operacionais (N.º)
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL			
<i>Promover a realização de seminários / eventos / ações que contribuam para influenciar a agenda regional</i>	DSDR	-	-
<i>Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas</i>	DSDR	-	-
<i>Incrementar a capacidade de Observação das Dinâmicas Regionais</i>	DER	OE 2 OE 4	OB 3
<i>Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve, com base na metodologia da rede NECS TOUR</i>	DER	OE 2 OE 4	-
<i>Manter atualizado, com carácter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site "Algarve Acolhe" e assegurar a monitorização da sua dinâmica</i>	DER	OE 2 OE 3	-
<i>Acompanhar /coordenar a execução do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) até 30/09/2011</i>	DER	OE 2	-
<i>Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional e interregional, assegurando a participação da CCDR em projetos e ações de âmbito internacional, se assegurados os meios financeiros adequados</i>	DCOOP	OE 2	OB 5
<i>Colaborar na dinamização do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia</i>	DCOOP	OE 2	-
<i>Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis</i>	DCOOP	OE 2 OE 4	-
<i>Assegurar que 70% das candidaturas da 2ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 - Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2011</i>	DCOOP	OE 2 OE 4	-
<i>Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local</i>	DP	OE 2	-
<i>Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)</i>	DP	-	-
<i>Colaborar na dinamização do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de informação de âmbito social</i>	DP	OE 2 OE 4	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO			
<i>Coordenar a implementação do regime jurídico dos IGT e participar na aplicação do RJUE</i>	DSOT	OE 1 OE 3	OB 1

Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola	DSOT	OE 1 OE 3	-
Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA	DSOT	OE 1 OE 3	-
Assegurar a participação da CCDR em projetos de âmbito internacional, contribuindo para manter o nível da dinamização da cooperação externa	DSOT	OE 1 OE 3	OB 3
Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC – 2.ª Fase	DSOT	OE 1 OE 3	-
Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos	DSOT	OE 1 OE 3	-
Colaborar /cooperar com as Entidades da Administração Central e/ou Local	DSOT	OE 1 OE 3	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE			
Executar o plano de ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D)	DSA	OE 1	OB 4
Promover ações de formação para o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente) no âmbito do protocolo celebrado com a GNR	DSA	OE 1	-
Remodelar os conteúdos de ambiente na página da CCDRALgarve	DSA	OE 1	-
Verificar o funcionamento dos estabelecimentos de reparação automóvel	DSA	OE 1	-
Efetuar a caracterização acústica de Portimão em época alta	DSA	OE 1	-
Elaborar relatório da situação de gestão de resíduos na região do Algarve entre 2006 e 2010	DSA	OE 1	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL			
Analisar e verificar as Contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2010	DSAJAL	-	-
Analisar os Balanços Sociais das Autarquias, referentes ao ano 2010	DSAJAL	-	-
Assegurar a gestão dos processos de contraordenação e a articulação com as ações de fiscalização	DSAJAL	-	OB 6
Colaborar na gestão das ações de cooperação técnica e financeira e do Programa Equipamentos	DSAJAL	-	-
DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA			
Promover a desmaterialização de processos (Partilhado com a DSI)	DPE/DRH	OE 5	-
Atualização dos fluxogramas de circuitos internos de Controlo Interno	DF/DPE/DRH	OE 5	-
Garantir que até 2013 todos os trabalhadores em funções públicas tenham acesso à formação adequada.	DRH	OE 5	OB 9
Monitorização dos Centros de Custo	DF	OE 5	-

Submissão automática dos pedidos de pagamento ao PO Algarve 21	DF	OE 5	-
Reavaliação da informação dos processos individuais no módulo de gestão de pessoal da Quidgest	DRH	OE 5	-
DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO			
Disponibilizar ferramenta que permita acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	DSI	OE 5	OB 8
Promover a desmaterialização de processos	DSI	OE 5	-
Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24	DSI	-	-
Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos	DSI	-	-
Facultar informação sobre a instituição e suas atividades proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo	DSI	-	-
Modernizar as Plataformas Tecnológicas	DSI	-	-
Consolidar a virtualização dos servidores aplicativos criando sistema de backup redundante	DSI	-	-
DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO			
Executar o Plano de Ação para os RCD na região do Algarve	DVC	OE 1	OB 4
Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN) (partilhado com a DOTCNVP e DAJ)	DVC	OE 1	-
Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento	DVC	OE 1	-
GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS			
Assegurar até ao final do ano a decisão sobre 80% das candidaturas ao PO Algarve 21 resultantes de avisos fechados em 2011 (até 31/10/2011), com prazo médio de decisão até 50 dias úteis – sem sistemas de incentivos.	GFC (PROALGARVE)	OE 4	-
Emitir o parecer regional sobre 100% das candidaturas entradas até ao 35º dia útil após o encerramento do Avisos de Abertura de Concursos independentemente da análise dos OI.	GFC (PO Algarve 21)	OE 4	-
Assegurar o cumprimento de 100% da meta N+3 prevista para 2011 – ultrapassar a execução FEDER de 31.251.576 € até 30/11/2011	GFC (PO Algarve 21)	OE 4	OB 2
Participar na implementação do CODR através da elaboração das fichas de recolha de informação sobre indicadores, relativas às candidaturas, dentro do Sistema de Informação do PO (1ª fase em Excel)	GFC (PO Algarve 21)	OE 2 OE 4	-
Assegurar a Implementação do Sistema de Controlo Interno do PO Algarve 21	GFC (PO Algarve 21)	OE 4 OE 5	-
Completar 5 instrumentos de apoio à gestão e de informação ao cidadão no âmbito do PROALGARVE / PO Algarve 21, até final de 2011	GFC (PO Algarve 21)	OE 4 OE 5	-

II.2 – AUTOAVALIAÇÃO – RESULTADOS ALCANÇADOS

Em conformidade com o nº 1 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação é feita com base no QUAR aprovado, evidenciando os resultados alcançados e os desvios registados.

De seguida sintetizam-se nos quadros 2 e 3 os resultados atingidos nos nove objetivos operacionais definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização referente ao ano 2011.

Pela análise da informação disponível concluiu-se que a CCDR Algarve superou 6 dos objetivos, tendo atingido os 3 restantes.

QUADRO 2
GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS OPERACIONAIS

OBJETIVOS OPERACIONAIS		INDICADORES	META ANO N	GRAU DE CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS			
				RESULTADO	SUPERADO	ATINGIDO	NÃO ATINGIDO
EFICÁCIA		Ponderação 50%	140%				
OBJETIVO 1	Ponderação 15%	Nº PMOT	10 PMOT (universo expectável)	10		100%	
Coordenar a realização de conferências de serviços (CS), para apreciação de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e respetivos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	Ind 1					X	
	Peso 100%						
OBJETIVO 2	Ponderação 20%	Taxa de execução	100%	122,5%	123%	122,5%	
Assegurar o cumprimento em 31/12/2011 de 100% da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN)	Ind 2					X	
	Peso 100%						
OBJETIVO 3	Ponderação 20%	Nº de Boletins lançados	2 boletins de conjuntura.	4	200%	200%	
Incrementar a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional	Ind 3					X	
	Peso 100%						
OBJETIVO 4	Ponderação 25%					100%	

Executar o Plano de Ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D)	Ind 4	N.º de locais fiscalizados	Fiscalização de 10 locais	17		100%	X
	Peso 100%						
OBJETIVO 5 Manter o nível de dinamização da cooperação externa	Ponderação 20%					179%	
	Ind 5	N.º de ações asseguradas	6	11	X	183%	
	Peso 50%						
	Ind 6	N.º de participações em projetos internacionais	4	7	X	175%	
	Peso 50%						
EFICIÊNCIA	Ponderação 25%	150%					
OBJETIVO 6 Sistema de gestão dos processos de contraordenação, em articulação com as ações de fiscalização	Ponderação 40%					225%	
	Ind 7	N.º de processos de contraordenação, referentes aos anos 2006-2010, encerrados	Encerramento de 100 processos até dezembro	225		225%	X
	Peso 100%						
OBJETIVO 7 Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 2.ª Fase	Ponderação 60%					100%	
	Ind 8	N.º de novas áreas de intervenção introduzidas na Infraestrutura de Dados Espaciais	Introdução da delimitação das áreas de intervenção de 9 Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)	9		100%	X
	Peso 100%						
QUALIDADE	Ponderação 25%	115%					
OBJETIVO 8 Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Ponderação 60%					118%	
	Ind 9	Serviços On-line - 3ª fase	Novembro	Setembro		118%	
	Peso 100%						X
OBJETIVO 9 Garantir que, até ao ano 2013, todos os trabalhadores em funções	Ponderação 40%					109%	
	Ind 10	Elaboração do Diagnóstico	Elaboração de diagnóstico	Outubro		109%	

públicas tenham acesso a formação adequada	Peso 100%	das Necessidades de Formação	até Novembro 2011		X		
--	-----------	------------------------------	-------------------	--	---	--	--

Fonte: Site da CCDR

Avaliação Final	136%
-----------------	------

**QUADRO 3
RESULTADOS ALCANÇADOS**

OBJETIVOS OPERACIONAIS		INDICADORES	META ANO N	RESULTADOS	DESVIOS
EFICÁCIA	Ponderação 50%				
OBJETIVO 1 Coordenar a realização de conferências de serviços (CS), para apreciação de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e respetivos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)	Ponderação 15% Ind 1 Peso 50%	Nº PMOT	10	De acordo com o previsto foram apreciados 10 Planos Municipais de Ordenamento do Território. PDM: Silves. PU: Corte Velho / Alteração - Castro Marim; Penha - Faro; Estombar - Lagoa; Vila de Porches - Lagoa; UP 1 / Revisão - Portimão; UP4 - Portimão. PP: Zona de Comércio, Indústria e Serviços da Guia/Revisão – Albufeira; Plano de Pormenor da Avenida 5 de Outubro – Faro.	Objetivo cumprido.
OBJETIVO 2 Assegurar o cumprimento em 31/12/2011 de 100% da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN)	Ponderação 20% Ind 2 Peso 100%	Taxa de execução	100%	Durante o ano de 2011 foram analisados no PO Algarve 21 275 pedidos de pagamento no que respeita aos projetos públicos e de engenharia financeira. A execução em 30/11/2011 ascendia a 32.545.720 € (FEDER) o que permitia já cumprir a meta N+3 do Programa para 2011 (104%). Em 31/12/2011 essa mesma execução ascendia a 38.286.102 €, que representava 122% de meta N+3, superando a meta estabelecida para final de 2011 (mais de 110% da Meta N+3 prevista para 2011).	Objetivo superado uma vez que a taxa de execução foi de 122%
OBJETIVO 3	Ponderação 20%				

<p>Incrementar a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional</p>	<p>Ind 3</p> <p>Peso 100%</p>	<p>N.º Boletins lançados</p>	<p>2 Boletins. Cada Boletim deverá incluir 4 indicadores de contexto, 3 de realização e 3 resultado</p>	<p>Foram lançados 4 boletins de conjuntura. Os mecanismos de melhoria nos procedimentos de recolha e tratamento e optimização de procedimentos de publicação permitiram ultrapassar a meta definida.</p>	<p>Objetivo superado com a produção de mais 2 boletins para além dos programados inicialmente.</p>
<p>OBJETIVO 4</p> <p>Executar o Plano de Ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D)</p>	<p>Ponderação 25%</p> <p>Ind 5</p> <p>Peso 100%</p>	<p>N.º de locais fiscalizados</p>	<p>10</p>	<p>Foram fiscalizados no âmbito do Plano de Ação para os Resíduos da construção 17 locais.</p>	<p>Objetivo cumprido.</p>
<p>OBJETIVO 5</p> <p>Manter o nível de dinamização da cooperação externa</p>	<p>Ponderação 20%</p> <p>Ind 5</p> <p>Peso 50%</p> <p>Ind 6</p> <p>Peso 50%</p>	<p>N.º de ações asseguradas</p> <p>N.º de participações em projetos internacionais</p>	<p>6</p> <p>4</p>	<p>Foi assegurada a participação da CCDR Algarve em 11 ações e 7 projetos.</p>	<p>Objetivo superado, foi assegurada a participação em mais 5 ações e em mais 3 projetos.</p>
<p>EFICIÊNCIA</p>	<p>PONDERAÇÃO 25%</p>				
<p>OBJETIVO 6</p> <p>Sistema de gestão dos processos de contraordenação, em articulação com as ações de fiscalização</p>	<p>Ponderação 40%</p> <p>Ind 7</p>	<p>N.º de processos de contraordenação, referentes aos anos 2006-2010, encerrados</p>	<p>Encerramento de 100 processos até dezembro</p>	<p>Foram encerrados 225 processos. O objetivo foi claramente superado. Tal só foi possível porque até junho de 2011 a DSAJAL/DAJ teve a colaboração de um jurista-estagiário afeto a 100% às contraordenações.</p>	<p>Objetivo superado uma vez que encerrados 200 até outubro.</p>

	Peso 100%				
OBJETIVO 7 Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 2.ª Fase	Ponderação 60% Ind 8 Peso 100%	N.º de novas áreas de intervenção introduzidas na Infraestrutura de Dados Espaciais	Introdução da delimitação das áreas de intervenção de 9 Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT)	Foram introduzidas na infraestrutura de dados espaciais as delimitações de 9 áreas de intervenção dos 9 Planos Especiais de Ordenamento do Território, nomeadamente: POOC: Sines-Burgaus; Burgau-Vilamoura; Vilamoura-Vila Real de Santo António. / POAC: Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; Ria Formosa; Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António. / POAP: Bravura; Funcho e Arade; Odelouca.	Objetivo cumprido.
QUALIDADE	PONDERAÇÃO 25%				
OBJETIVO 8 Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Ponderação 60% Ind 9 Peso 100%	Serviços on-line - 3ª fase	Novembro	A 3.ª fase do processo de disponibilização on-line de informação processual foi concluída em setembro.	Objetivo superado, a 3.ª fase dos serviços on-line foi concluída em setembro.
OBJETIVO 9 Garantir que, até ao ano 2013, todos os trabalhadores em funções públicas tenham acesso a formação adequada	Ponderação 25% Ind 10 Peso 100%	Elaboração do Diagnóstico das Necessidades de Formação	Elaboração de diagnóstico até novembro 2011	O documento de diagnóstico das necessidades de formação dos colaboradores da CCDR Algarve foi concluído em outubro.	Objetivo superado uma vez que o documento foi concluído um mês antes do previsto.

II.2.1 – FONTES DE VERIFICAÇÃO

Os resultados apresentados podem ser confirmados por meio de fontes e documentos, internos e externos, disponíveis em arquivo na CCDR.

OBJETIVO 1

Coordenar a realização de conferências de serviços (CS), para apreciação de Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e respetivos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

As atas das reuniões do Observatório, através do FileDoc, sistema de gestão documental da CCDR, e do “Relatório de avaliação dos trabalhos desenvolvidos em 2011”, de 04.01.2012, elaborado pela Divisão de Gestão Territorial e qualificação das Cidades, o qual se encontra arquivado, junto às fichas de avaliação dos técnicos e chefe desta divisão, da Direção de Serviços de Ordenamento do Território desta CCDR.

OBJETIVO 2

Assegurar o cumprimento em 31/12/2011 de 100% da meta N+3 do PO Algarve 21 (QREN)

As fontes de verificação são o sistema de informação SIGA 21 e o sistema de gestão documental FILEDOC. Adicionalmente, existem documentos em suporte papel que confirmam o cumprimento do objetivo.

OBJETIVO 3

Incrementar a capacidade de observação das dinâmicas de desenvolvimento regional

Os Boletins de Conjuntura editados em suporte digital estão disponíveis na página da internet, bem como os indicadores (contexto, realização e resultado) definidos para monitorização das dinâmicas regionais.

OBJETIVO 4

Executar o Plano de Ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D)

O controlo das ações efetuadas a locais com RCD pode ser verificado através dos relatórios que são realizados em cada visita pelos técnicos e que são arquivados nos processos relativos a cada local.

OBJETIVO 5

Manter o nível de dinamização da cooperação externa

Em 2010 a CCDR Algarve participou em diversas ações e projetos de cooperação transfronteiriça e transnacional, conforme atestam as fontes/documentos identificados nas tabelas apresentadas e nos serviços respetivos.

Ações	Fontes / Documentos de Verificação	Arquivo
<i>2.º Comité de pilotagem do projeto OTREMED</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Convocatória▪ Ata▪ Lista presenças	<i>DCOOP</i>
<i>Conferência anual da rede NECSTOUR</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa▪ Fotografias e notas de imprensa▪ Apresentação do COMPETIVTOUR▪ Conclusões do seminário	<i>DER</i>
<i>Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Anadaluzia</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Documentos das reuniões de trabalho▪ Documento elaborado	<i>DCOOP</i>
<i>Europe Direct - Dia da Europa</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa do evento▪ Fotografias, notas de imprensa▪ Documentação relativa à preparação do evento	<i>Europe Direct</i>
<i>FITUR Brokerage Event</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa do evento▪ Informação para deslocação▪ Documento de inscrição▪ Lista participantes	<i>EEN</i>
<i>Conferência anual da rede Europe Enterprise Network</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa do evento▪ Informação para deslocação▪ Documento de inscrição▪ Lista participantes	<i>EEN</i>
<i>Reunião anual da Rede de Centros Europe Direct</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa do evento▪ Informação para deslocação▪ Lista participantes	<i>Europe Direct</i>
<i>Reunião transfronteiriça Espanha – Portugal - Redes de Informação Europeia</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Informação para deslocação▪ Programa do evento▪ Lista participantes	<i>Europe Direct</i>
<i>Comité de gestão e acompanhamento do POCTEP</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Convocatória e ordem trabalhos▪ Lista de presenças▪ Ata	<i>DCOOP</i>
<i>Comité de gestão do POCTEP</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Convocatória e ordem trabalhos▪ Lista de presenças▪ Ata	<i>DCOOP</i>
<i>Seminário Internacional “The Concept and Role of Large-Scale Demonstrators as a Tool for Modern Industry Policy”</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ Programa do evento▪ Informação para deslocação▪ Documento de inscrição▪ Lista participantes	<i>EEN</i>

Projetos	Fontes / Documentos de Verificação	Arquivo
<i>GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocatórias, ordem de trabalhos, listas de presenças, atas das reuniões ▪ Atualizações da página Web 	<i>DCOOP</i>
<i>ANDALBAGUA</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 Relatórios ▪ Convocatórias, ordem de trabalhos, listas de presenças, atas das reuniões ▪ Documentos da participação nas linhas de trabalho e ações do projeto 	<i>DSOT DCOOP</i>
<i>PAYS MED URBAN</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 Relatórios ▪ Convocatórias, ordem de trabalhos, listas de presenças, atas das reuniões ▪ Documentos da participação nas linhas de trabalho e ações do projeto 	<i>DSOT DCOOP</i>
<i>OTREMED</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Convocatórias, ordem de trabalhos, listas de presenças, atas dos Comitês de Pilotagem ▪ Documentos da participação nas linhas de trabalho e ações do projeto 	<i>DCOOP</i>
<i>Europe Direct</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Boletim eletrónico (12 edições) ▪ Atualizações das páginas Web e facebook ▪ Documentação diversa relativa às ações e eventos realizados 	<i>Europe Direct</i>
<i>Enterprise Europe Network</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Relatório anual das atividades realizadas 	<i>EEN</i>
<i>NECTOUR</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Informação recolhida e propostas de ajustamentos aos indicadores a nível nacional e regional. 	<i>DER</i>

OBJETIVO 6

Sistema de gestão dos processos de contraordenação, em articulação com as ações de fiscalização

A base de dados de gestão dos processos de contraordenação permite extrair várias listagens. Esta informação pode ser consultada na Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local.

OBJETIVO 7

Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC - 2.ª Fase

Fontes de verificação: A plataforma IDEALG (Infraestrutura de Dados Espaciais do Algarve) encontra-se disponível na intranet desta CCDR Algarve, com todas as funcionalidades e conteúdos mencionados.

OBJETIVO 8

Disponibilizar o acesso eletrónico da informação processual através do site institucional

Fontes de verificação: Site institucional – www.ccdr-alg.pt/online

OBJETIVO 9

Garantir que, até ao ano 2013, todos os trabalhadores em funções públicas tenham acesso a formação adequada

Fontes de verificação: Documento elaborado

II.2.2. – ATIVIDADE DESENVOLVIDA POR ÁREAS TEMÁTICAS

II.2.2.1. – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2011

A) ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

- Implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve):
2 Reuniões do Observatório do PROT Algarve, conclusão do 2.º Relatório Anual de Acompanhamento e Monitorização.
- Acompanhamento da elaboração, alteração e revisão dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) e a respetiva avaliação ambiental estratégica (AAE):
10 Conferências de Serviços, apreciação de 6 AAE e 16 “acompanhamentos”, com emissão de informações e pareceres sobre Planos de Urbanização (PU) e de Pormenor (PP), por solicitação das autarquias.
- Assegurar a avaliação de projetos estruturantes nas modalidades de Núcleos de Desenvolvimento Turístico (NDT) e de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE), bem como os demais procedimentos legais previstos:
Realização de diversas reuniões com as autarquias e os proponentes, relativamente a 14 propostas de projetos estruturantes (8 NDT e 6 NDE).
- Coordenação do processo de consulta às entidades externas, sobre operações urbanísticas, em razão da localização através da plataforma informática, criada no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (SIRJUE):
Apreciação de 161 operações urbanísticas, que tramitaram pelo SIRJUE.
- Apreciação de pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo, nomeadamente pareceres, certidões e autorizações quanto à localização de empreendimentos turísticos (REN), estabelecimentos industriais, extração de massas

minerais, loteamentos urbanos em área não abrangida por plano municipal de ordenamento do território e outros:

161 novas pretensões.

- Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT:

6 Exercícios de avaliação de conteúdos no âmbito da elaboração de PU e PP e 3 exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal.

- Apreciação, emissão de decisão dos pedidos de Autorização e de Comunicação Prévia para ações que se pretendem implementar em área abrangida pelo Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional, bem como a delimitação e redelimitação das REN no âmbito dos PMOT:

947 ações/documentos produzidos, entre pareceres de autorização ou de comunicação prévia, solicitação de elementos instrutórios e prestação de esclarecimentos; 6 projetos de delimitação e redelimitação da REN, de que resultou a emissão de 12 documentos técnicos de apreciação.

- Delinear as Orientações Estratégicas Regionais da REN para o Algarve e o Esquema Regional de Referência:

1 Relatório final e 1 mapa de delineamento do Esquema Regional da REN.

- Apreciação de projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e outros:

45 Apreciações (24 projetos de infraestruturas e 21 planos de gestão florestal).

- Apreciação e autorização de usos não agrícolas de solos da Reserva Agrícola Nacional (RAN), no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola (ER RAN):

Participação nas 45 reuniões da ER RAN e apreciação de todas as pretensões submetidas a decisão num total de 838 pretensões analisadas; tendo dado entrada 523 processos.

- Articulação com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de fiscalização e análise de denúncias / reclamações:

51 Pareceres registados sobre os relatórios de fiscalização da DVC, e respostas a denúncias/reclamações (não foram contabilizados os pareceres que não refletiram análise técnica ou proposta de procedimento para reposição da legalidade).

- Emissão de pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AInCA), nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem:

29 Pareceres.

- Participação no projeto ANDALBAGUA (Transfronteiriço) financiado pelo POCTEP (2 relatórios), e no projeto PAYS MED URBAN (Transnacional) financiado pelo PO MED (4 relatórios).

- No decurso de 2011, a infraestrutura de dados espaciais do Algarve (IDEALG), foi utilizada de forma regular e continuada pelos técnicos da DSOT e objeto da introdução de novos temas e de novas funcionalidades, o que a tornou mais robusta e operacional.

- Emissão automatizada das plantas e relatórios de incidências face à REN e aos PDM, com base na infraestrutura de dados espaciais do Algarve (IDEALG).
- Colaboração com as autarquias locais e outras entidades na avaliação de ações, projetos e planos com incidência territorial, nomeadamente na apreciação de processos complexos e na participação em júris de concurso de obras e de prestação de serviços:
 - Acompanhamento de 1 projeto (Requalificação da EN125) e de planos e projetos no âmbito do Programa Polis (7 relatórios/pareceres); 5 Júris de concursos promovidos por autarquias e outras entidades públicas.*
- Representação da CCDR em conselhos, comissões:
 - Participação em 3 reuniões do Conselho da Região Hidrográfica do Algarve, em 6 reuniões da Comissão de Autorização Comercial, e em 1 do Conselho Estratégico (do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina).*

B) AMBIENTE

- Execução do Plano de Ação para os RCD, tendo sido visitados 18 locais.
- Apreciação de 4 projetos de licenciamento industrial, através da plataforma eletrónica REAI
- Participação em 14 vistorias a estabelecimentos industriais.
- Acompanhamento e fiscalização do funcionamento dos aterros de resíduos inertes.
- As operações de Gestão de Resíduos incluíram:
 - *Apreciação de 22 pedidos de licenciamento para gestão de resíduos, onde se incluem 7 pedidos de averbamento, de que resultou a emissão de 14 alvarás de licença (incluindo 4 renovações) e deferimento de todos os pedidos de averbamento. 1 pedido de licenciamento só foi concluído em 2012.*
 - *As informações aos requerentes, no total de 114 e-mails (excluem-se contactos telefónicos e presenciais, bem como reclamações).*
 - *8 Vistorias a operadores de gestão de resíduos.*
- Funções de secretariado (emissão de convocatórias e elaboração de atas) nas duas comissões de acompanhamento dos aterros do Algarve, e participação nas 10 reuniões anuais. A periodicidade das reuniões foi alterada durante o ano, passando a ser trimestral em cada um dos aterros pelo que serão 8 reuniões anuais.
- Pareceres vinculativos relativos a Planos de Pedreira/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras, transmitidos à Direção Regional de Economia do Algarve e Câmaras Municipais. Durante o ano de 2011 foram apreciados 5 planos de pedreira e 3 programas trienais, tendo sido definidas 2 cauções a prestar pelo explorador.

Foram efetuadas visitas técnicas, quer no âmbito do licenciamento, quer de abandono de pedreiras, quer igualmente de reapreciação de processos no âmbito da regularização administrativa da extração mineral.
- Apreciação de 15 relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades que queimam combustíveis fósseis, de acordo com o estipulado no DL nº 78/2004, de 3 de

abril, para verificação da conformidade com os valores limite definidos e participação em visitas técnicas para verificação da conformidade dos sistemas de exaustão de gases.

- Apreciação dos relatórios de consumo de solventes e verificação das emissões de compostos orgânicos voláteis, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei nº 242/2001, 31 de agosto: foram analisados 26 relatórios.
- Foi mantida a gestão da rede de monitorização da qualidade do ar nas 4 estações que compõem a rede e cujos dados são validados pelos técnicos da DSA e enviados para o QUALAR, a base de dados on-line de dados da qualidade do ar, no sítio da Agência Portuguesa do Ambiente.
- Realização de medições acústicas: durante 70 dias nas instalações do Governo Civil de Faro, com o objetivo de monitorização do Largo do Jardim Manuel Bívar e durante 29 dias nas instalações dos Bombeiros de Faro, para monitorização do ruído existente na Av. Cidade de Hayward. Foram igualmente realizados 30 dias de monitorização na estação da qualidade do ar “David Neto” em Portimão.
- Realização de 8 procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), com a emissão de 4 Declarações de Impacte Ambiental (DIA) nos casos em que a CCDR é a autoridade de AIA e elaborados 8 contributos nos casos em que a APA é a Autoridade de AIA.
- Elaboração de 2 procedimentos de incidências ambientais relativos a um projeto de energias renováveis, cuja proposta de emissão de declaração de incidências ambientais (DIncA) foi emitida em 2012.
- Apreciação de 4 relatórios de conformidade ambiental do projeto de execução com a declaração de impacte ambiental (RECAPE).
- Apreciação de 20 relatórios de monitorização ambiental da fase de obra de projetos sujeitos a AIA.
- Colaboração na apreciação de 34 processos de avaliação ambiental estratégica, dos quais:
 - 13 Planos de Urbanização
 - 7 Planos de Pormenor
 - 4 Planos Diretores Municipais
 - 10 outros relativos a planos e programas
- Elaboração de pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de avaliação de impacte ambiental.
- Apreciação de 11 pedidos de prorrogação de Declarações de Impacte Ambiental (DIA's).
- Elaboração de 2 pareceres a processos em pré-contencioso comunitário.
- Em 2011 a Comissão Europeia arquivou 3 processos da região do Algarve que estavam em pré-contencioso.
- Participação como coordenador da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca (organização e participação nas 6 reuniões realizadas).

C) DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Durante o ano de 2011, reforçámos os debates no contexto das conferências internacionais. Foram levadas a cabo ou apoiada a organização de quatro iniciativas, com particular incidência na Competitividade do Turismo e nos territórios da baixa densidade, incluindo dois encontros internacionais:

- Conferência Internacional - **Inovação em Turismo**, Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, (em conjunto com o EEN), Faro, 7 de outubro de 2011;
- Conferência Internacional - **“Competitividade e Sustentabilidade de Destinos Turísticos: Uma Relação Inter-Disciplinar”**, **Anual Regional Conference of Network of European Regions for a Sustainable and Competitive Tourism**, Faro, 30 de junho a 1 de julho de 2011;
- Seminário de Encerramento do **Projeto TASA – Técnicas Ancestrais Soluções Atuais**, Escola de Hotelaria e Turismo de Faro, Faro, 27 de junho de 2011;
- Seminário de preparação da **Candidatura Portuguesa da Dieta Mediterrânica a património Imaterial da Humanidade**, organização da CM Tavira e CCDR Algarve, Tavira, 6 de maio de 2011.

➤ Projeto “Algarve Acolhe”

No âmbito deste projeto a atividade desenvolveu-se em três níveis:

A) Atualização do trabalho de campo

Levantadas e atualizadas as informações relativas às empresas existentes nas 73 áreas empresariais, o que implicou mais de 190h de trabalho de campo e 250h de trabalho interno.

B) Atualizações e alterações no site www.AlgarveAcolhe.com

1. *Novas funcionalidades*
2. *Atualização da Base de Indicadores de Contexto*
3. *Melhoria da informação do Diretório de Empresas*

C) Promoção e Divulgação do Site

Desenvolvidas diversas iniciativas de divulgação e promoção do site, dando continuidade ao trabalho anterior e promovendo as necessárias articulações com outros setores (da casa) e com outros organismos (externos), tendo em vista afinar procedimentos de atualização do site e de disponibilização da informação recolhida.

Neste sentido merece destaque as apresentações realizadas pelo projeto no âmbito de seminários internacionais:

- **2011 - Algarve Acolhe: Empresas e Articulação Regional na Euro Região Alentejo - Algarve – Andaluzia**, Seminário Internacional: Análises Territorial y Cooperación: Alentejo-Algarve-Andalucía. Especial atención a la Ordenación del Territorio y el Turismo, ESGHT, Faro.

- **2011 - Comunicação** (Março de 2011) às Jornadas Andaluziadas II, subordinada ao tema: **Algarve Acolhe: Portal de localização de negócios**, Sevilha, Junta da Andaluzia.

➤ **Projeto: Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA)**

Em 2011, o projeto TASA teve o grosso da sua concretização e apresentação de resultados. Como já referido, o projeto superou as metas identificadas tendo produzido 26 produtos, envolvendo artesãos e apoios de desenvolvimento e valorização de produto. Do encerramento do projeto, decorre ainda o desenvolvimento de um catálogo bilingue (com apoio da Fundação Gulbenkian e um documentário de acompanhamento do projeto.

➤ **Candidatura da Dieta Mediterrânica de Portugal a património Imaterial da Unesco**

Durante o ano de 2011, a CCDR Algarve, integrou a Comissão de preparação da candidatura, num processo de apoio e enquadramento da comunidade emblemática de Tavira como representante de Portugal.

- Acompanhamento do Eixo 1 e apoio transversal no âmbito do PO Algarve 21.
- Acompanhamento da implementação das duas Estratégias de Eficiência Coletiva – PROVERE reconhecidas para a região: Algarve Sustentável e Âncoras do Guadiana.
- Participação em projetos institucionais de âmbito social, nomeadamente no Grupo Operativo da Plataforma Supra Concelhia do Algarve (Programa Rede Social do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social), no Conselho Consultivo do IEFP e no Conselho Consultivo do Centro de Formação Profissional de Faro.
- Colaboração na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR:
 - *Recolha e tratamento da informação para o Plano e Relatório de Atividades*
 - *Apoio na preparação e monitorização da execução do QUAR*

➤ **Cooperação interregional externa**

A) Cooperação Transfronteiriça

POCTEP – Plano Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha Portugal

- *Gestão na região da Área de Cooperação 5 (AC5) do POCTEP.*
- *Participação nas reuniões dos órgãos de gestão do programa.*
- *Verificação e validação de toda a despesa efetuada pelos parceiros do Algarve, relativamente aos 14 projetos aprovados na 1ª Convocatória do POCTEP, registada na plataforma FONDOS 2007.*
- *Participação em reuniões com os promotores dos projetos da 1ª Convocatória*
- *Verificação e validação da despesa de 7 projetos da 2ª Convocatória, apresentada na CCDR, num conjunto de 20 candidaturas aprovadas.*
- *Participação nas reuniões de Coordenadores regionais do POCTEP.*
- *Participação em 2 Comitês de Gestão Conjunto e 1 Comité de Acompanhamento do POCTEP.*

GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças

- *Execução do projeto GIT IV – Gabinete de Iniciativas Transfronteiriças, dando cumprimento às ações programadas para o ano 2010.*
- *Participação no Encontro Andaluziadas II.*
- *Participação em todas as reuniões setoriais conducentes à realização do Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia.*
- *Participação no Encontro sobre o Plano de Ação de Cooperação Transfronteiriça Alentejo-Algarve-Andaluzia.*
- *Participação nas reuniões referentes à programação das atividades a desenvolver no Projeto EUROAAA – Cooperação Transfronteiriça.*

EURORREGIÃO Alentejo – Algarve – Andaluzia

- *Participação na reunião do Conselho Constitutivo da EURORREGIÃO*
- *Participação em reuniões técnicas tripartidas com vista à criação da nova Página Web sobre a EURORREGIÃO AAA.*

B) Cooperação Transnacional

- *Divulgação de informação na Página Web da CCDR Algarve e junto dos potenciais parceiros, sobre os programas de cooperação transnacional (PO Espaço Atlântico, PO MED e PO SUDOE).*
- *Acompanhamento técnico e financeiro do projeto PAYS MED URBAN e OTREMED (pedidos de pagamento, relatórios de progresso e registo na aplicação informática PRESSAGE)*

C) Instituições Internacionais

No âmbito da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas - CRPM, a CCDR Algarve fez o acompanhamento e a divulgação de informação relevante, no seu site Web, tanto desta instituição como das Comissões às quais pertence: Intermediterrânica e Arco Atlântico.

D) APOIO JURÍDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL

- Efetuadas 300 notificações decorrentes, dos autos levantados pela GNR, Polícia de Segurança Pública e Divisão de Vigilância e Controlo da CCDR, por infrações praticadas em matéria de ambiente, ordenamento do território e conservação da natureza e dos relatórios elaborados /decisões;
- Foram enviados para tribunal (para execução e para impugnação) 64 processos, os quais aguardam decisão judicial;
- Na base de dados encontram-se registados 812 processos referentes a vários anos;
- Encerrados 237 processos, 171 através da elaboração de relatórios e 66 através de CSI (comunicação de serviço interna), sendo as sanções aplicadas foram as seguintes: 106 processos com decisão condenatória, sendo que destes, a 41 foi aplicada admoestação

escrita e a 65, coimas num total de 561 750€; 65 foram arquivados e os outros 66 arquivados por prescrição.

- Apoio jurídico aos órgãos e serviços da CCDR, através da elaboração de 10 pareceres/informações;
- Acompanhamento de 8 processos de contencioso administrativo, contraordenacional e judicial, no âmbito da atividade da CCDR;
- Apoio jurídico à administração local, através da elaboração de 5 pareceres/informações, em resposta às solicitações apresentadas pelos presidentes dos órgãos da administração local;
- Relativamente à cooperação técnica e financeira com as autarquias locais, não foram apresentadas candidaturas pelas entidades beneficiárias. Foram elaboradas 4 informações/relatórios referentes ao acompanhamento dos projetos em curso e efetuadas 4 visitas às obras. Os respetivos pedidos de pagamentos foram remetidos à DGAL.
- Acompanhamento do Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva. Foram efetuadas várias reuniões com as entidades beneficiárias (associações e entidades religiosas), prestados esclarecimentos e apoio, quer no acompanhamento, quer na execução das candidaturas/projetos. Foram elaboradas 8 informações e efetuadas 7 visitas. Os pedidos de pagamento foram registadas na Base de dados da DGAL.
- No âmbito da colaboração com a Administração Local e DGAL, no que respeita à modernização administrativa, não foram aprovadas novas candidaturas.
- No âmbito do POCAL foi garantido o apoio técnico em matéria de contabilidade autárquica e divulgadas as fichas de apoio técnico (FAT's) junto das autarquias locais e entidades equiparadas.
- Foram verificadas as 16 contas de gerências do ano 2010 das autarquias em articulação com a DGAL.
- Foi efetuada análise gráfica referente às contas de gerências dos municípios do ano de 2010.
- Relativamente à análise e verificação dos balanços sociais das autarquias foram detetadas as não conformidades e contactados os responsáveis para procederem às respetivas correções. Foi dado conhecimento à DGAL.
- Foi efetuada a análise gráfica referente a alguns mapas do balanço social.

E) GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A par das múltiplas e pesadas tarefas de carácter regular, a atividade da Direção de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, centrou-se fundamentalmente na conclusão do processo de implementação do POC-P, ou seja, na introdução da contabilidade patrimonial. Este processo, previsto para o ano anterior, não foi concluído devido ao elevado nº de bens móveis passíveis de inventariação e à necessidade de corrigir inúmeros erros registados à data da aquisição dos bens.

A concretização da implementação da contabilidade patrimonial permitiu alinhar a CCDR com os demais serviços e fundos autónomos da Administração Central, que têm vindo gradualmente a adotar o POC-P, cumprindo assim às normas legais em vigor desde há mais de 15 anos. É também importante sublinhar, que a transição para o POC-P permitiu um ganho extraordinário ao nível da informação contabilística que é gerada para apoio à decisão. Recorde-se que o sistema anterior de contabilidade orçamental assentava fundamentalmente numa ótica de caixa não permitindo a obtenção de informação tão simples como uma conta corrente de cliente ou de fornecedor obrigando, em regra, a alguns cálculos acessórios. Agora, com a contabilidade patrimonial é possível a qualquer momento determinar o valor do capital próprio ou situação líquida, tal como a composição dos elementos patrimoniais ativos e passivos, sendo de salientar a grande importância do princípio da especialização económica dos exercícios, que permite a afetação dos custos e proveitos aos anos em que os mesmos efetivamente ocorrem, leitura que não era possível no passado.

No que se refere à recente aplicação Portal do Trabalhador que entrou em produção em dezembro de 2010 foram efetuadas diversas correções e pequenos desenvolvimentos no sentido de ajustar a aplicação às especificidades desta CCDR em matéria de assiduidade, férias e faltas, entre outros aspetos.

Foi notória a perceção imediata da desmaterialização de procedimentos, com ganhos substanciais quer no tempo despendido nas tarefas (utilizadores/backoffice) quer nas poupanças evidentes nos materiais utilizados, nomeadamente no papel, já que no passado recente a gestão e circulação de praticamente todos os documentos afetos à assiduidade, férias, faltas e licenças era feita em suporte papel, obrigando ainda ao registo no sistema de gestão documental (FileDoc).

No âmbito do processo continuado de desmaterialização de processos e procedimentos nas áreas financeira e administrativa, pese embora os fortíssimos constrangimentos orçamentais, foi possível realizar durante o ano 2011 as seguintes atividades:

- **Integração do GesGuias (Sistema Interno de Faturação) com o SINGAP (Sistema Integrado de Gestão)** - criação dos centros de custo no GesGuias e definição dos respetivos esquemas de imputação de forma a que a informação registada no sistema de faturação (fatura, pedido de libertação de créditos, reembolso de fundos comunitários) quando transferida para o SINGAP seja de imediato lançada nos centros de custo dos setores emissores. A integração foi também efetuada ao nível das entidades;
- **Integração do GesGuias com o GesPCO (Gestão dos Processos de Contraordenação)** – a emissão das guias de receita por parte dos utilizadores do GesPCO passou a ser efetuada diretamente nesta aplicação obviando a necessidade aceder externamente ao GesGuias. Na prática foi criado um link que permite ao GesPCO entrar no domínio do GesGuias onde é criada e emitida a guia de receita ficando desde logo a informação associada ao respetivo centro de custos;
- **Novos Desenvolvimentos no GesGuias** – ao nível das guias classificadas como “anuladas” e “abatidas”
- **Continuidade da consolidação do Sistema Integrado de Gestão (SINGAP)** – realizaram-se pequenos desenvolvimentos para ajustamento às necessidades específicas do serviço, como por exemplo criação das contas correntes por cliente, até aqui geradas individualmente no GesGuias e transferidas em bloco (1 única conta com todos os clientes) para o SINGAP;

- **Monitorização da matriz de centros de custo por função em cada unidade orgânica** – semestralmente foi efetuada a monitorização dos centros de custo tendo presente os movimentos de pessoal ocorridos (saídas ou entradas) refletindo o seu impacto ao nível das taxas de imputação afetas aos centros de custo.

Num âmbito mais transversal em parceria com a Divisão de Sistemas de Informação foi dada continuidade aos desenvolvimentos da 3ª fase dos Serviços On-line. Neste ano os desenvolvimentos integraram um conjunto vasto de formulários como por exemplo: pedido de cópias, solicitação de reunião, apresentação de reclamação ou denúncia, licenciamento normal de operações de gestão de resíduos, informação sobre resíduos, reclamações sobre ruído, entre outros que ficaram disponíveis para os utilizadores no início de 2012;

Em termos de sub-unidade orgânica as atividades desenvolvidas foram as seguintes:

a) Gestão Financeira

A Divisão Financeira desenvolveu a sua atividade num ambiente de fortíssimas restrições no que se refere à receita efetivamente disponível para fazer face aos compromissos certos e exigíveis segundo prazos previamente contratualizados.

Em termos de gestão e controlo orçamental as tarefas principais foram: elaboração e registo de 1 orçamento com as componentes, funcionamento e PIDDAC, incluindo esta última 10 projetos; elaboração e registo de 43 alterações orçamentais; emissão de 17 Pedidos de Libertação de Créditos; 1.029 cabimentos e 1.750 processamentos de despesa; 622 pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's (reúne um número variável de pagamentos, por cada movimento efetuado).

Na ótica da receita, contabilizaram-se 1.711 apuramentos e registos de receita.

No âmbito da gestão das candidaturas financiadas por fundos comunitários procedeu-se à submissão de 33 pedidos de pagamento junto do PO Algarve 21 e do POCTEP.

Por fim, no que se refere ao reporte da execução orçamental contabilizaram-se 119 registos nas aplicações externas SIC – Sistema de Informação Contabilística, SIGO – Sistema de Informação e Gestão Orçamental e SIPIDDAC – Sistema de Informação PIDDAC.

No que se refere à prestação anual de contas junto do Tribunal de Contas foram elaboradas duas Contas de Gerência em virtude do dirigente máximo do serviço ter cessado funções a 15 de dezembro de 2011. Assim, a 1ª conta reportou-se ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 15 de dezembro e a 2ª conta ao período restante. Esta tarefa revestiu particular complexidade visto a aplicação não estar preparada para encerrar contas e voltar a iniciar no mesmo ano económico, efetuando o apuramento e a transição de saldos para o exercício seguinte. Acresce ainda, que estas contas foram as 1ªs a ser encerradas em contabilidade patrimonial dando origem ao Balanço (acumulado) à data de 31/12/2011 e à Demonstração de Resultados do ano 2011.

Merece igualmente destaque a regularização dos saldos da conta de gerência transitados de anos anteriores. Esta tarefa programada para o ano 2010 não foi concretizada porque a regularização obrigava à reconstituição dos saldos desde o ano 2002 (inclusive), tendo-se revelado impraticável devido ao volume de informação envolvido e à relativa antiguidade da informação, que se encontrava dispersa, e que inclusivamente obrigou à consulta de arquivo

considerado “morto”. Foi então com sucesso que esta tarefa programada desde o início do ano, decorreu durante o 1º semestre, tendo-se reportado ao Tribunal de Contas o novo saldo corrigido com a identificação das diferenças e as razões justificativas de forma a que o saldo das contas de gerência de 2011 já estivesse correto permitindo assim que as mesmas espelhassem realmente a situação patrimonial e orçamental da CCDR Algarve.

b) Recursos Humanos

O trabalho nesta área manteve-se particularmente intenso, já que houve que consolidar a experiência em áreas objeto de alterações recentes de enquadramento legislativo, como por exemplo a instrução de processo disciplinar e a elaboração de pareceres à luz do novo Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas e da Lei de Vínculos, Carreiras e remunerações. De salientar que nos últimos anos as leis do Orçamento de Estado procederam a alterações sucessivas dos diplomas de base obrigando a um exercício permanente de atualização dos diplomas anteriores e de interiorização das novas normas.

São dignas de destaque as seguintes atividades:

- Registos de assiduidade – conforme referido atrás relativamente ao portal do trabalhador, foi dada continuidade ao processo de consolidação da aplicação introduzindo correções e efetuando novos desenvolvimentos em função das necessidades específicas dos serviços contempladas quer no Regulamento Interno quer nos diplomas aplicáveis (RCTFP, LVCR);
- Preparação e submissão de 1 processo de aposentação, tendo como referência as novas regras em vigor;
- Instrução de dois processos disciplinares, externos, com base na legislação recentemente publicada;
- Resposta a requerimentos apresentados pelos trabalhadores no âmbito de avaliações de desempenho referentes a anos anteriores – as respostas regra geral foram fundamentadas com recurso a pareceres externos da DGAEP – Direção Geral da Administração e Emprego Público e da SG MAOT - Secretaria Geral do Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território;
- Resposta a requerimentos apresentados por dirigentes referentes ao seu posicionamento remuneratório na carreira de origem no decurso das recentes alterações do Estatuto do Pessoal Dirigente e da Avaliação de Desempenho (SIADAP 2/3);
- Gestão da Avaliação de Desempenho – em conformidade com a legislação aplicável foi realizada a avaliação de desempenho do SIADAP 1/2 e 3 referente ao ano 2010 e tomadas decisões relativamente às reclamações apresentadas.
- Elaboração de pareceres não vinculativos por parte da Comissão Paritária que rececionou 2 requerimentos;
- Na área da formação profissional não foi possível dinamizar as ações de formação previstas, em cumprimento com o fixado no objetivo nº 8 do QUAR, devido aos fortes constrangimentos orçamentais e à inexistência de financiamento comunitário que alavancasse a contrapartida nacional. Propôs-se e foi superiormente autorizada a reformulação do objetivo e procedeu-se à elaboração do Diagnóstico das Necessidades de Formação dos Trabalhadores da CCDR identificando-se três áreas de formação consideradas prioritárias por cada um dos trabalhadores. Em resultado deste trabalho foi

elaborado um relatório síntese com informação extraordinariamente útil na preparação futura de novas ações de formação.

- Efetuou-se o processamento de 14 meses de remunerações e outros abonos a pessoal, assim como à liquidação dos respetivos descontos. Procedeu-se a 12 processamentos de ajudas de custo;
- Elaboração do Balanço Social e envio para as entidades competentes;
- Elaboração e aprovação do Mapa de Férias 2011;
- Continuação do processo de atualização do cadastro individual do pessoal.

c) Património e Expediente

No âmbito da Contratação Pública, foram efetuados 231 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Simplificado (despesas inferiores a 5.000 euros) e 13 procedimentos de Ajuste Direto – Regime Geral (despesas superiores a 5.000 euros e inferiores a 75.000 euros). Foram, ainda, efetuados 5 procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro celebrados pela Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP).

No âmbito da gestão e organização do inventário, procedeu-se à verificação física dos bens, com vista à atualização da sua localização e avaliação em termos funcionais.

Ao nível da gestão dos imóveis afetos à CCDR Algarve foi efetuado o levantamento das necessidades de reparação das instalações tendo em vista a elaboração de um procedimento de contratação pública para a realização de obras de reparação/manutenção, mas não foi possível avançar com o procedimento devido ao facto de não se ter obtido autorização para assumir novos compromissos.

No que se refere à gestão do parque automóvel, foram efetuadas as diligências necessárias à manutenção das viaturas de forma a assegurar o seu bom funcionamento e foi feita a gestão das requisições tendo como objetivo a otimização das deslocações em serviço externo.

Por último, importa referir que o Expediente registou 8.579 entradas de documentos no Sistema de Gestão Documental (Filedoc), tendo sido expedidos 6.069 documentos.

F) FISCALIZAÇÃO

Desenvolvimento de ações de fiscalização, mantendo-se a predominância das relacionadas com os resíduos e REN, o que decorre da prioridade dada à execução do Plano de Ação para os RCD na região do Algarve (foi possível ultrapassar largamente a meta definida (10 ações), com a concretização de 17 ações de fiscalização, e ultrapassar o limiar de superação (5 locais), com a reposição da legalidade em termos de RCD em 6 situações), bem como à consolidação do novo regime jurídico da REN (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto).

No seu conjunto, as ações de fiscalização realizadas pela DVC em 2011 rondou a centena e meia (165), apesar da inexistência de qualquer Vigilante da Natureza, com a saída, por transferência, do último e único do setor em 2010, e sem a possibilidade de recrutamento de mais funcionários para o setor, face às fortes restrições financeiras que impendem sobre a Administração Pública.

Os resultados alcançados só foram assim possíveis pelo empenho e participação da Chefia de Divisão no trabalho de campo e pela articulação e colaboração com outros setores para assegurar a fiscalização, tendo-se conseguido superar claramente os objetivos estabelecidos (apesar do Objetivo n.º 2, relativo à reposição da legalidade em locais com infrações à REN, ter sido reformulado).

De salientar ainda que, para o cumprimento e superação dos objetivos foi essencial a rentabilização da articulação com o SEPNA da GNR, dinamizando o Protocolo de Colaboração celebrado em maio, bem como através de parcerias com técnicos de outras entidades, p.e. das Autarquias.

Quanto aos autos de notícia levantados, a situação em 2011 foi a seguinte:

- a) *REN: 11 autos de notícia.*
- b) *REN/Pedreiras: 1 auto de notícia.*
- c) *REN/RCD: 1 auto de notícia.*
- d) *RCD: 2 autos de notícia.*
- e) *RCD/Resíduos: 2 autos de notícia.*
- f) *RCD/Resíduos/Ar/aterros: 1 auto de notícia.*
- g) *Resíduos: 3 autos de notícia.*
- h) *Pedreiras: 2 autos de notícia.*

Deste modo, no total, durante 2011 foram levantados 23 autos de notícia e não foram efetuados quaisquer embargos, sendo que 57% dos autos de notícia correspondem a infrações nas áreas da REN e 26% correspondem a RCD, o que reflete as prioridades previamente definidas para 2011.

Dos autos de notícia levantados em 2011, 39% (9) correspondem a ações de fiscalização programadas (genericamente, situações com antecedentes nos serviços), 39% (9) a ações de fiscalização resultantes diretamente de reclamações e 22% (5) referem-se a ações de fiscalização «não programadas», ou seja, situações novas que são identificadas no campo.

Por último, é de salientar ainda que a DVC assegurou a representação da CCDR Algarve na Comissão Distrital de Defesa da Floresta Contra Incêndios, na Comissão Distrital de Proteção Civil, bem como nas Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Faro e de Loulé e ainda na Comissão Municipal de Proteção Civil de Faro.

G) SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em 2011 a Divisão de Sistemas de Informação desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

- Instalação e configuração de um novo Robot de Backups no data center em substituição de equipamento avariado no final de 2010. No sentido de reforçar ainda mais a segurança foi implementado um sistema automático de cópias de segurança dos servidores virtuais num local físico distinto da sede (S. Francisco) permitindo aumentar a capacidade de reposição dos serviços em caso de falhas ou avarias. Este projeto permitiu dar mais um passo na modernização dos sistemas da CCDR Algarve.

- Administração e manutenção dos servidores, rede e respetivas funções de segurança. A percentagem de disponibilidade dos servidores em 2010 foi superior a 99,75% não se registando quebras de serviço assinaláveis. O plano de backups, agora reforçado, decorreu sem problemas e não foram detetados incidentes de segurança.
- Implementação da 3ª fase dos Serviços Online numa perspectiva de agilização do contacto dos utentes com a administração através de site institucional e a continuidade da desmaterialização de processos (Contraordenações online -1ª fase, integração dos formulários online com o Filedoc, acesso às guias de receita online).
- Apoio aos desenvolvimentos do Sistema de Informação SIGA.21 relativo ao PO Regional (QREN - POAlgarve21).
- Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação com especial destaque para o SINGAP e Filedoc. Nesta área foram efetuados 297 pedidos dos utilizadores.
- Atualização do site www.ccdr-alg.pt, facultando informação sobre a instituição e suas atividades, proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo. Realizaram-se 437 pedidos de atualização do Site, dos quais 94% foram resolvidos em menos de 2 dias.
- Realização de procedimentos de aquisição de soluções de hardware e software.
- Apoio aos utilizadores na exploração dos equipamentos, do software de utilização geral e da integração em redes de informação. 95% dos 1215 pedidos de apoio foram respondidos e resolvidos em menos de 2 dias.
- Realizados abates de equipamentos informáticos desatualizados ou obsoletos. Alguns destes equipamentos foram cedidos a instituições sem fins lucrativos.
- Procedimentos de manutenção preventiva na totalidade dos postos de trabalho.

H) GESTÃO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

No ano 2011 foram abertos **31** concursos no âmbito do **Programa Operacional do Algarve (2007-2013) – PO Algarve 21**, com divulgação dos respetivos Avisos no site da CCDR, para as seguintes tipologias:

- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (1)
- Incentivos à Qualificação e Internacionalização PME (6)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (7)
- Incentivos à Inovação (4)
- Gestão Ativa de Espaços Protegidos e Classificados (1)
- Ações de Valorização do Litoral (2)
- Energia (1)
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo (1)
- Mobilidade Territorial (3)
- Assistência Técnica (1)
- Sistema de Apoios à Modernização Administrativa (2)

- Reabilitação Urbana e Rural (1)
- Infraestruturas e Equipamentos de Saúde (1)

No final do ano tinham sido objeto de decisão de aprovação **91** operações distribuídas pelas seguintes tipologias:

- Incentivos à Qualificação de PME (26)
- Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (3)
- Incentivos à Inovação (21)
- Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (4)
- Apoio a Áreas de Acolhimento Empresarial e Logística (3)
- Infraestruturas e Equipamentos de Saúde (3)
- Energia (22)
- Ações de Valorização do Litoral (1)
- Parcerias para a Regeneração Urbana (5)
- Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação (1)
- Requalificação da Rede Escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico e da Educação Pré-Escolar (1)
- Assistência Técnica (1)

Foram realizadas 7 reuniões de Comissão Diretiva e 5 consultas escritas para aprovação de operações e acompanhamento da realização do Programa, registando-se um maior número de concursos embora com menos aprovações do que em 2010.

Até 31/12/2011 **foram decididas e notificadas aos promotores todas as candidaturas** (100%) resultantes de concursos encerrados entre 1/11/2010 e 31/10/2011, sem contar com os Sistemas de Incentivos. O prazo médio de decisão das operações analisadas foi de **35 dias úteis**.

No que respeita aos **Sistemas de Incentivos** foi possível **dar o parecer regional** da responsabilidade da **CCDR, até ao 35º dia útil após o encerramento dos concursos**¹ apenas para 65% das candidaturas entradas.

Apesar dos atrasos na emissão de parecer regional, a decisão final sobre 16 candidaturas ocorreu dentro dos prazos previstos. A ausência de Gestor no final do ano motivou o adiamento da Comissão Diretiva com reflexos na decisão de 2 candidaturas.

Foram desenvolvidas as tarefas habituais na área do acompanhamento financeiro da execução dos projetos aprovados, nomeadamente através da análise dos pedidos de pagamento recebidos, validação de despesas e emissão de ordens de pagamento a efetuar pelo IFDR. Este trabalho foi efetuado com o apoio do Sistema de Informação do PO (SIGA.21) que foi objeto de diversos melhoramentos durante o ano 2011.

¹ Também neste caso foi considerado o universo de concursos encerrados entre 1/11/2010 e 31/10/2011

Foi facultada informação e dado o apoio solicitado aos beneficiários do Programa, quer em sede de apresentação de candidaturas, quer na sua fase de execução. Igualmente nesta área foram registadas devoluções de verbas de beneficiários do **PROALGARVE (2000-2006)** referentes às auditorias finais do Programa e foi efetuada a respetiva Conta de Gerência.

Durante o ano de 2011 foram analisados no PO Algarve 21 **275 pedidos de pagamento** no que respeita aos projetos públicos e de engenharia financeira. A execução em 30/11/2011 ascendia a 32.545.720 € (FEDER) o que permitia já cumprir a meta N+3 do Programa para 2011 (**104%**). Em 31/12/2011 essa mesma execução ascendia a 38.286.102 €, que representava **122%** de meta N+3, superando a **meta estabelecida para final de 2011** (mais de **110% da Meta N+3** prevista para 2011).

Relativamente às tipologias de operação que foram alvo de concurso pela primeira vez em 2011 (até 31/10/2011) foram elaboradas as fichas de recolha de informação (indicadores físicos/resultado) relativas às respetivas candidaturas (1ª fase em Excel).

No final de 2011 estavam assim **elaboradas as fichas para 17 tipologias de operação do Programa** (100%), contribuindo para a implementação do processo de **recolha de informação física** a utilizar para diversos fins, como sejam os processos de Avaliação, os Boletins de Observação das Dinâmicas Regionais e os Relatórios de Execução, entre outros.

No que respeita à atividade de Controlo Interno do PO Algarve 21 (2007 – 2013) até ao final de 2011 tinha sido efetuada a amostra e preparado o Caderno de Encargos para o **lançamento de concurso** para a realização do **1º Plano de Ação de Controlo (PAC) para os anos 2007/2008/2009/2010**.

Em 2011 foram realizadas 5 das 6 tarefas (1 incompleta) previstas no Plano para o Controlo Interno:

- Lançamento do concurso para o 1º PAC (24/06/2011) e análise de propostas (foi efetuado em 02/08/2011)
- Adjudicação do 1º PAC (contratado em 06/09/2011)
- Acompanhamento das auditorias do 1º PAC (o acompanhamento foi efetuado em contínuo através de mails e/ou reuniões com a equipa durante o período de 06/09/2011 até ao final do ano)
- Análise e correção de Relatórios de Auditoria (1º PAC) – *Foram analisados, corrigidos e enviados para contraditório em 06/12/2011.*
- Proposta de decisões finais (1º PAC) – *Incompleta.* Foi emitido apenas 1 Relatório com despacho do Gestor em 15/12/2011.

Os resultados foram inferiores ao previsto pelas razões gerais apontadas no objetivo 6. Em particular no caso da atividade de Controlo (PO Algarve 21) o Chefe de Projeto deixou funções em Janeiro de 2009, tendo a equipa ficado reduzida desde aí a apenas 1 técnica.

Apesar de se ter registado uma forte recuperação de trabalho relativo ao PO Algarve 21 (1º PAC) o envolvimento da técnica noutras tarefas obrigatórias impediu que o PAC ficasse concluído até ao final do ano.

Com efeito, foi efetuada a atualização do **Sistema Contabilístico de Dívidas** mensalmente, conforme previsto pelo IFDR, através da implementação da Norma nº 2/2008. Foi preparada uma norma metodológica interna com descrição de tarefas e fluxograma, foram acompanhadas 3 **Auditorias externas** (2 da IGF e uma do IFDR) com os respetivos *follow up* e foi efetuada a análise e testes do módulo de controlo do SIGA.21.

Durante o ano 2011, **foram completados/efetuados 7 instrumentos de apoio à gestão e informação do PO Algarve 21**, nomeadamente:

- **3 Certificações de Despesa em Sistema de Informação (SI)** – foram efetuadas pelo SI do PO 3 certificações com cortes em 31/03, 30/06 e 30/09 com mais de 95% (projetos públicos e privados) de despesa certificada pelo IFDR em relação à despesa certificável enviada pelo PO (enviadas até novembro de 2011).
- **Descrição de Sistema de Gestão e Controlo** – foi efetuada uma atualização com *informação positiva* da IGF que incluía a contratualização com a AMAL – *enviado em 20-07-2011 e aprovado pela IGF em 29-07-2011*.
- **Descrição de Sistema de Gestão e Controlo** foi efetuada uma 2ª atualização em 2011 com informação sobre a intervenção JESSICA e sobre o SAFPRI – *enviado em 07-11-2011*.
- **Site com atualização mensal** do PO Algarve 21 – *atualizado ao longo de todo o ano*; **Site com os resultados finais** do PROALGARVE onde foi incluída a informação da **exposição de encerramento** e fichas dos **projetos emblemáticos** no caso do PROALGARVE – *desde abril 2011*.
- **Relatórios de execução anual** (PO Algarve 21) – *enviado à Comissão Europeia em 29/06/2011 e aceite em 13/07/2011*.
- Realização de **12 sessões de esclarecimento sobre Sistemas de Incentivos** ao longo do ano, que corresponde ao **dobro** do previsto.
- Realização do **grande evento anual** (Maio – mês da Europa) e da Sessão de Apresentação de resultados efetuada em 09/06/2011 às 15 h).

Apesar de ter sido atingida a meta definida para este Objetivo IV.6 e os resultados serem globalmente superiores a anos anteriores, não foi possível realizar tudo o que se encontrava previsto para 2011, nomeadamente no que respeita aos seguintes instrumentos:

- **Manual de Procedimentos** – Foi efetuada uma atualização em dezembro 2011 apenas em versão preliminar que não chegou a ser aprovada. Em contrapartida foram preparadas duas versões da **Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo**.
- **Arrumação de arquivos (QCA III)** – Foi efetuada a arrumação dos arquivos de Faro (S. Francisco) e não os de Tavira devido ao atraso na assinatura do protocolo de colaboração CM Tavira-CCDR.

Algumas limitações no desempenho devem-se também ao facto de, apesar da forte redução dos meios humanos registada na Estrutura Técnica, durante o ano 2009, não terem sido reforçadas as áreas identificadas no início do PO como deficitárias (área jurídica, controlo e sistemas de informação). Esta última foi em parte resolvida com apoio a “*out-sourcing*”, que nem sempre funcionou da forma mais eficaz (durante 6 meses do ano 2011 não houve contrato de manutenção do Sistema de Informação – SIGA.21).

I) INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA

No âmbito da Informação Europeia, foram desenvolvidas atividades quer pelo Centro *Europe Direct* quer pelo *Enterprise Europe Network* (EEN)

Relativamente ao Centro *Europe Direct* foram desenvolvidas as seguintes atividades:

- *Prestação de serviços de informação.*
- *Tratamento e difusão de documentação europeia: registo, tratamento e arquivo, para consulta do público no caso de monografias e periódicos de exemplares únicos, e no caso da restante documentação (brochuras, folhetos) recebida em maior quantidade, a gestão de stocks e sua difusão junto das entidades regionais (Postos de Turismo, Câmaras Municipais, Bibliotecas e outras).*
- *Elaboração de 12 edições do boletim informativo de periodicidade mensal e sua divulgação eletrónica para os diversos organismos regionais.*
- *Organização de 6 sessões de informação e 17 atividades de animação sobre a União Europeia em várias escolas da região, com um total de 721 participantes.*
- *Organização e participação em seminários (2), feiras (3) e colaboração em outros eventos (8).*
- *Atualização regular das páginas Web e "Facebook"*
- *Desenvolvimento de atividades no âmbito das comemorações do Dia da Europa - dia 9 de maio.*
- *Participação em reuniões e ações de formação da rede Europe Direct (3).*

Quanto ao *Enterprise Europe Network* do Algarve, as atividades desenvolvidas foram, entre outras, as seguintes:

- *Organização ou co-organização com outros parceiros de 10 eventos, com um total de 869 participantes;*
- *Promoção das políticas europeias junto das PME regionais e informação sobre a EU, com o envio de 24 mailings informativos;*
- *Participação, com o stand promocional, em 11 feiras ou eventos com o objetivo de informar e sensibilizar as PME;*
- *Apoio a mais de 100 empresas e agentes económicos em matérias europeias;*
- *Participação nas atividades do grupo de trabalho setorial "Turismo e Património Cultural", incluindo o encontro empresarial em Madrid no âmbito da FITUR (19 janeiro 2011) do qual resultaram 68 reuniões de negócio e um acordo de parceria.*

- *Participação na Conferência Anual da rede Enterprise Europe Newtork (Varsóvia, 26 a 28 de setembro), com presença em workshops, troca de boas práticas e outras atividades de networking*
- *Realização de iniciativas em colaboração com a COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação (conferência “Inovação e Competitividade” e visitas a 4 empresas) e outros agentes regionais de apoio à inovação, com enfoque para os instrumentos, práticas de gestão de inovação e redes de inovação entre PME.*
- *Dinamização de 3 campanhas da Comissão Europeia (Semana Europeia da Energia Sustentável (abril 2011), Semana Europeia das PME (outubro 2011) e Campanha Europeia de sensibilização para a Inovação de Serviços (outubro 2011)) e de 4 eventos, a nível regional, e ainda, a convite da DG Empresa e Indústria, a participação, do técnico da EEN, como perito-comentador na conferência «The concept and role of large-scale demonstrators as a tool for modern industrial policy», a em Copenhaga (Dinamarca) nos dias 8 e 9 de dezembro de 2011.*

II.2.2.2. – EXECUÇÃO 2010-2011

No quadro abaixo incluído apresenta-se a execução em 2010 e 2011 por áreas temáticas. À tabela dos Serviços Fornecidos ao Exterior e Tarefas de Apoio Interno, prevista em Plano de Atividades, acrescentam ações executadas ao longo do ano e que não estavam aí refletidas.

ATIVIDADE DESENVOLVIDA	EXECUÇÃO	
	2010	2011
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO		
Reuniões do Observatório do PROT	5	2
Relatório anual de acompanhamento e monitorização do PROT	1	1
Reuniões plenárias das comissões de acompanhamento da revisão de PDM	2	0
Conferências de serviços	13	10
Avaliação de projetos estruturantes (NDT, NDE, POLIS e outros)	16	21
Acompanhamento com emissão de informações e pareceres sobre PU e PP por solicitação das autarquias	18	16
Apreciação de operações urbanísticas através da plataforma informática criada no âmbito do SIRJUE	61	161
Processos apreciados relativos a pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo	41	72
Avaliação de conteúdos na elaboração de PU e PP para assegurar a salvaguarda da integridade da estrutura regional de proteção e valorização ambiental do PROT	6	6
Exercício de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal	3	3
Ações de apreciação e emissão de decisão para ações a implementar em área de Reserva Ecológica Nacional	420	947
Projetos de delimitação e redelimitação das REN	15	6
Delinear as Orientações Estratégicas Regionais da REN para o Algarve e o Esquema Regional de Referência		
Relatórios parcelares	5	----
Relatório final	1	1
Mapa de delimitação do Esquema Regional da REN	1	---
Reuniões da Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional e apreciação das pretensões submetidas a decisão (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)	43	45
Deliberações emitidas no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva	880	894

Agrícola Nacional (em matéria de usos não agrícolas de solos da RAN)		
Pareceres sobre relatórios de fiscalização da DVC e respostas a denúncias/reclamações	127	51
Pareceres sobre processos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) e de Avaliação de Incidências Ambientais (AlnCA) nos domínios do ordenamento do território	16	29
Participação em projetos de âmbito internacional	2	2
Coberturas temáticas disponibilizadas pelo Sistema de Informação Geográfica	6	9
Participação em júris de concursos promovidos por autarquias	2	2
Participação em reuniões de conselhos e comissões	11	13
Atendimento, análise e encaminhamento de reclamações	42	51
AMBIENTE		
Sucatas removidas	26	---
Projetos de licenciamento industrial	6	4
Vistorias a estabelecimentos industriais	21	11
Pedidos de licenciamento para gestão de resíduos apreciados	39	22
Emissão de alvarás	24	14
Renovação de licenças	8	4
Averbamentos	4	7
Pedidos em apreciação	10	1
Pedido indeferido	1	0
Apreciação de Planos de Gestão de Lamas	1	0
Informações aos requerentes no âmbito das operações de gestão de resíduos (excluem-se contactos telefónicos e presenciais e reclamações)	86	114
Participação em reuniões das 2 comissões de Acompanhamento dos aterros do Algarve	12	10
Participação nas comissões de resíduos	4	0
Planos de Pedreiras/Planos Ambientais e de Recuperação Paisagística de Pedreiras apreciados	2	5
Cauções definidas - a prestar pelo explorador de pedreiras	4	2
Visitas técnicas - licenciamento, abandono de pedreiras e reapreciação de processos de regularização administrativa da extração mineral	68	69
Relatórios de caracterização das emissões atmosféricas de unidades de queima de combustíveis fósseis analisados	28	15
Relatórios de consumo de solventes e verificação e emissões de compostos orgânicos voláteis analisados	43	26
Rede da Qualidade do Ar - Estações encerradas	3	---
Rede da Qualidade do Ar – Relocalização de estações	-----	---
Rede da Qualidade do Ar – Reentrada em funcionamento	4	---
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) em que a CCDR é a autoridade de AIA	8	8
Procedimentos de Avaliação de Impacte Ambiental em que a APA é a Autoridade de AIA – contributo para o parecer da Comissão de Avaliação	7	8
Procedimentos de Avaliação de Incidências Ambientais (AlnCA) relativos a projetos de energias renováveis	2	1
Apreciação de Relatórios de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução com Declaração de Impacte Ambiental (RECAPE)	5	4
Apreciação de relatórios de monitorização ambiental de projetos sujeitos a AIA	20	14
Apreciação de processos de Avaliação Ambiental Estratégica	26	34
Pareceres a estudos de incidências ambientais de projetos de estradas	3	---
Pareceres no âmbito de pedidos de esclarecimento sobre sujeição de projeto de Avaliação de Impacte Ambiental	8	5
Pareceres relativos a queixas à União Europeia	5	2
Apreciação de pedidos de prorrogação/alteração de Declarações de Impacte Ambiental	4	11
Coordenação das reuniões da Comissão de Acompanhamento da Barragem de Odelouca e Túnel de Interligação Odelouca-Funcho	6	7
FISCALIZAÇÃO		
Ações de fiscalização	255	165
Autos de notícia	28	25
Embargos	2	0

DESENVOLVIMENTO REGIONAL		
Eventos realizados	8	2
Participação em ações de organismos internacionais	11	11
Participação em projetos internacionais	7	7
Centro de Observação das Dinâmicas Regionais		
Boletins de Conjuntura	3	4
Boletins Trimestrais de Conjuntura "Mobilidade e Transportes"	---	4
Destaques Trimestrais (1)	2	--
Boletim Anual	1	1
POCTEP		
Verificação e validação da despesa dos projetos aprovados na 1ª Convocatória – N.º projetos	14	14
Análise e emissão de parecer das candidaturas recebidas na 2ª Convocatória – N.º candidaturas	40	20
INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EUROPEIA		
Centro de Informação Europe Direct		
Boletim informativo	12	12
Sessões de informação sobre a União Europeia em várias escolas	10	6
Atividades de animação em várias escolas	----	17
Organização e participação em seminários e conferências	7	2
Organização e participação em feiras e exposições	2	2
Colaboração em outros eventos	6	8
Enterprise Europe Network		
Organização ou co-organização de eventos	14	10
Envio de emails informativos (promoção das políticas europeias junta das PME e informação sobre a EU)	24	24
Participação em feiras (com stand promocional)	4	11
Apoio a empresas e agentes económicos em questões sobre matérias europeias	142	100
APOIO JURIDICO E ADMINISTRAÇÃO LOCAL		
Processos de contencioso administrativo contraordenacional e judicial	7	8
Processos de contraordenação	492	537
Encerrados/concluídos	297	237
Notificações efetuadas	195	300
Apoio jurídico a órgão e serviços da CCDR (pareceres/informações)	8	10
Apoio Jurídico à Administração Local (pareceres/informações)	8	5
Cooperação técnica e financeira com as autarquias locais		
Candidaturas analisadas	1	0
Informações/relatórios	7	4
Acompanhamento físico das candidaturas (visitas a obras e reuniões com promotores)	7	4
Programa de Equipamentos Urbanos de Utilização Coletiva		
Candidaturas analisadas	4	0
Informações/relatórios	7	8
Acompanhamento físicos das candidaturas (visitas a obras)	4	7
Encerramento de processos pendentes no âmbito da Modernização Administrativa	2	0
Verificação das contas de gerência das autarquias	16	16
GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA		
Gestão financeira		
Orçamento	1	1
Alterações orçamentais	45	43
Conta de Gerência	1	2
Saldo de Gerência	2	2
Pedidos de libertação de créditos	29	17
Cabimentos	1.361	1.029
Processamentos de despesa	1.817	1.750
Pagamentos por transferência bancária, cheque, numerário e upload's	537	622
Apuramentos e registo de receita	1.511	1.711
Pedidos de pagamentos a fundos comunitários – PO Algarve 21 e POCTEP	34	33
Registo informação contabilísticos nas aplicações informáticas - SIC, SIGO e SIPIDDAC	124	148

Recursos humanos		
Processamento do balanço social	1	1
Processamento de remunerações	14	12
Processamento de ajudas de custo	12	12
Processamento de mapa de férias	1	1
Procedimentos concursais lançados	3	0
Procedimentos concursais concluídos	5	----
Despachos de mobilidade interna	3	6
Instrução de processos disciplinares	1	2
Preparação e submissão de processos de aposentação	3	1
Análise e decisão de reclamações apresentadas por trabalhadores – Avaliação de Desempenho	6	2
Ações de formação profissional realizadas	4	0
Património e expediente		
Procedimentos por ajuste direto – Regime Simplificado	246	231
Procedimentos por ajuste direto – Regime Geral	17	13
Concursos Públicos (com e sem publicação no JOUE)	1	1
Procedimentos de aquisição de bens e serviços ao abrigo de Acordos Quadro pela ANCP	9	5
Registo dos processos de aquisição no sistema integrado de gestão	560	330
Registos no Sistema de Gestão do Parque de Veículos do Estado	4	11
Registo de documentos de entrada	9.973	8.579
Registo de documentos de saída	7.747	6.069
Pareceres e respostas a esclarecimentos diversos	138	176
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO		
Administração e manutenção de servidores, rede e respetivas funções de segurança – N.º de intervenções	77	56
Apoio aos utilizadores	1.294	1215
Procedimentos de manutenção preventiva dos postos de trabalho	100%	100%
Atualizações do site e intranet	467	437
Manutenção e gestão das aplicações e sistemas de informação – N.º de intervenções	400	297
GESTÃO FUNDOS COMUNITÁRIOS		
PROALGARVE		
Pagamentos FEDER e FSE	16	0
Devoluções	17	8
Ações de controlo a projetos concluídas	90	---
FEDER	27	---
FSE	8	---
FEOGA	52	---
IFOP	3	---
PO Algarve 21		
Concursos abertos	18	31
Projetos com decisão de aprovação	115	91
Reuniões de Comissão Diretiva	6	7
Consultas escritas	7	5
Pedidos de pagamento relativos a projetos públicos e de engenharia financeira analisados	150	275
Ordens de Pagamento emitidas (pagamentos FEDER)	80	238
Operações encerradas	1	9
Dívidas arrecadadas e encerradas	3	5
Ações de Controlo de operações concluídas	----	1
Auditorias realizadas e acompanhadas	1	3
Sessões de esclarecimento realizadas	9	12
Apoios publicitários concedidos	4	1

(1) Por via dos mecanismos de melhoria nos procedimentos de recolha e tratamento e optimização de procedimentos de publicação deixou de ser necessário recorrer à figura dos destaques.

II.3 – AUTOAVALIAÇÃO – INFORMAÇÃO ADICIONAL

Nos termos do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, os serviços deverão facultar informação adicional de autoavaliação, que é a seguir mencionada.

II.3.1 – AFETAÇÃO REAL E PREVISTA DE RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS

II.3.1.1 – RECURSOS HUMANOS

A CCDR Algarve manteve durante 2011 os 113 trabalhadores com que iniciou o ano (este número inclui 2 aquisições de serviços), mantendo-se assim neste ano a exceção relativamente à tendência registada nos últimos anos. No entanto e à semelhança de anos anteriores, o número de efetivos continuou a ser inferior ao número previsto para o cumprimento dos objetivos do QUAR 2011.

QUADRO 4
NÚMERO DE TRABALHADORES EM EXERCÍCIO DE FUNÇÕES 2004-2011

ANOS/ Nº trabalhadores	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Trabalhadores CCDR (1)	214	213	222	204	132	113	113	113
Trabalhadores GAT	43	38	40	33	0	0	0	0
TOTAL	257	251	262	237	132	113	113	113

Fonte: Balanços Sociais 2004 a 2011

Nota (1): Inclui os contratados a termo incerto, afetos ao Programa Operacional, as prestações de serviços (tarefa e avenças) e aquisições de serviços.

II.3.1.2 – RECURSOS FINANCEIROS

Durante o ano 2011 as atividades desenvolvidas pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve enquadraram-se nas atribuições definidas no Decreto-Lei nº 134/2007 de 27 de abril, assim como, nos objetivos operacionais fixados no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no estabelecido no Plano de Atividades Anual.

Em resultado da cessação de funções do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, foi elaborada uma 1ª conta de gerência com referência ao período compreendido entre 1 de Janeiro e 15 de dezembro de 2011.

A esta data, procede-se à apresentação da 2ª conta de gerência do ano económico de 2011 referente ao período compreendido entre 16 e 31 de dezembro.

Tendo presente o facto da 2ª conta de gerência respeitar apenas a 15 dias do mês de dezembro, fase em que se procede ao encerramento das contas, considerou-se conveniente a apresentação do Relatório de Gestão somente nesta data, compreendendo assim a informação consolidada (1ª e 2ª contas de gerência) do ano económico de 2011.

A) ANÁLISE ECONÓMICA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública, aprovado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de setembro, cumprindo, igualmente as instruções relativas à organização e apresentação das contas definidas pelo Tribunal de Contas constantes das Instruções nº 1/2004 – 2ª Seção.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve implementou o POC P pela 1ª vez na gerência referente ao ano económico de 2011.

O orçamento privativo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve integra dois orçamentos: funcionamento e investimento – PIDDAC.

No presente relatório procede-se, numa 1ª parte à análise da execução da receita e da despesa na ótica da contabilidade orçamental, e numa 2ª parte à análise das demonstrações financeiras, o Balanço e a Demonstração de Resultados, do ponto de vista da contabilidade patrimonial.

Antecedendo a análise das contas relativas ao ano 2011, importa desde já descrever o quadro de referência que regulou a execução do orçamento desta Comissão de Coordenação ao longo do ano 2011. Assim, identificam-se, entre outros, os seguintes diplomas ou orientações:

- ↳ Lei do Orçamento de Estado para 2011 – Lei nº 55-A/2010 de 31 de dezembro – define as cativações por orçamento e por rubrica e a obrigatoriedade da trimestralização da despesa;
- ↳ Decreto - Lei da Execução Orçamental (DLEO) – Decreto-Lei nº 29-A/2011 de 1 de março;
- ↳ Circular Série A nº 1363 - Direção Geral do Orçamento (DGO) – Instruções Complementares ao DLEO;
- ↳ Aviso – DGO - de 10 de março – Limites trimestrais da despesa;

- ↳ Despacho nº 154/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças – proibição da assunção de novos compromissos, no âmbito do Capítulo 50º - Orçamento de Investimento - sem autorização prévia do Ministro de Estado e das Finanças;
- ↳ Circulares nº 1365 - DGO – Procedimentos a utilizar para cumprimento do despacho nº 154/2011, de 28 de abril, do Ministro de Estado e das Finanças;
- ↳ Circular Série A nº 1366 – DGO – Instruções para a libertação de créditos do mês de julho.

É importante sublinhar que a execução orçamental durante o ano 2011 foi marcada por duas novas regras: trimestralização da despesa e proibição de assunção de novos compromissos, a partir de inícios de maio, no orçamento de investimento. Estas regras, naturalmente, produziram um fortíssimo impacto ao nível da execução orçamental comprometendo decisivamente os objetivos e metas anuais fixados.

Convém ter presente que as medidas adicionais de consolidação orçamental fixadas durante o ano anterior mantiveram-se durante 2011, tendo aliás sido reforçadas e em alguns casos agravadas, de que são exemplo respetivamente o controle da despesa dos serviços com a fixação dos limites trimestrais da despesa e a supressão dos subsídios de férias e natal.

A.1 - Contabilidade Orçamental

A.1.1 - Estrutura da Receita

As receitas anuais provêm de três fontes de financiamento: receitas gerais, receitas comunitárias (reembolsos FEDER) e receitas próprias.

Da análise do quadro 5 conclui-se que a taxa de execução global das receitas foi de 99,7%, registando-se um desvio de 0,3% face às dotações corrigidas (dotações iniciais subtraídas das cativações).

QUADRO 5
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA AFETA AO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Corrigida (1)	Recebido (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
Orçamento do Estado	2.359.599	2.004.159	84,9%
Transferências Correntes OE	2.359.599	2.004.159	84,9%
Transferências de Capital OE	0	0	
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	0	
Financiamento da EU	216.736	243.250	112,2%
Transferências Correntes OE	216.736	243.250	112,2%
Transferências de Capital OE	0	0	
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	0	
Receita Própria	888.837	1.206.856	141,8%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	788.319	1.098.679	139,4%
Taxas	759.251	1.076.458	141,8%
Multas e Outras Penalidades	29.068	22.221	76,4%
Venda de Bens e Serviços Correntes	96.379	104.040	107,9%
Venda de Bens	942	942	100,0%
Serviços	95.437	103.098	108,0%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos	4.139	4.137	100,0%
Reposições	4.139	4.137	100,0%
Na posse do Serviço	207.880	207.880	100,0%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	207.880	207.880	100,0%
TOTAL	3.673.052	3.662.145	99,7%

Fonte: SIGO

O que contribuiu decisivamente para esta taxa de execução foram as taxas de execução das receitas gerais e próprias. As receitas gerais registaram uma taxa de execução de apenas 84,9% porque a partir do 4º trimestre as transferências correntes do OE diminuiram por força da boa taxa de execução das receitas próprias, que na realidade, superaram as projeções iniciais.

De salientar que as receitas próprias provenientes da Taxa de Gestão de Resíduos, arrecadadas a partir de agosto de 2011, superaram em cerca de 30% as projeções iniciais, justificando-se assim a taxa de execução de 141,8% na rubrica Taxas.

A este propósito é importante referir que no passado recente as receitas próprias desta Comissão de Coordenação provinham fundamentalmente da emissão de pareceres e das taxas de licenciamento, mas a partir de 2010 cerca de 80% provêm da rubrica Taxas Diversas - Taxa de Gestão de Resíduos (TGR).

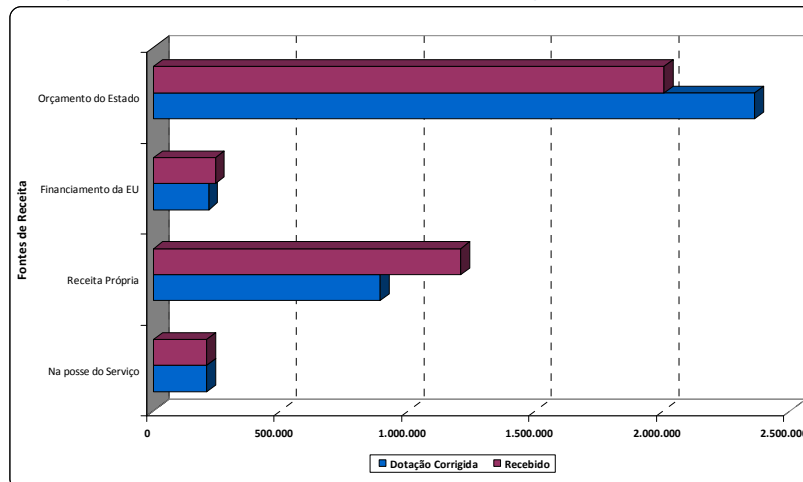
Esta receita é transferida após cobrança efetuada pela Agência Portuguesa de Ambiente e incorpora duas componentes consignadas, em conformidade com o disposto no nº 8 do artigo 58º do Decreto-Lei nº 178/2006 de 5 de setembro, às seguintes despesas:

- *Financiamento de atividades da APA ou das CCDR que contribuam para os objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos (70%); Financiamento de atividades dos sujeitos passivos que contribuam para o cumprimento dos objetivos nacionais em matéria de gestão de resíduos (30%). Este financiamento é assegurado pelas CCDR mediante apresentação e aprovação dos projetos dos sujeitos passivos.*

Considerando a nova estrutura de receita e a grande dependência da TGR, procedeu-se em 2011, à semelhança do ano anterior, à aplicação da 1ª componente em despesa corrente (pessoal, aquisições de bens e serviços e de capital), como forma de honrar compromissos anteriores e evitar a transição de dívidas para o ano seguinte. A 2ª componente transitou em saldo (€ 207.880) do ano 2010 e foi orçamentada como receita, mas não aplicada em despesa, visto esta operação não ter sido autorizada pelo Secretário de Estado do Orçamento.

Em 2011 esta Comissão de Coordenação arrecadou € 319.002 correspondentes aos 30% da TGR da 2ª componente, pelo que neste ano foram contabilizados € 526.882 que ainda aguardam decisão do Ministério das Finanças para se proceder à sua aplicação como despesa e dar cumprimento ao estabelecido na legislação aplicável.

GRÁFICO 1
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES RECEBIDOS – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

O gráfico 1 evidencia claramente a boa *performance* alcançada pelas receitas próprias e também pelas receitas comunitárias, libertando desta forma receitas gerais que não foram objeto de Pedido de Libertação de Créditos ou foram aplicadas com recurso ao mecanismo da gestão flexível no reforço da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo que recebeu € 160.000 por contrapartida de uma anulação pelo mesmo valor no orçamento desta Comissão de Coordenação.

Por seu turno, a taxa de execução global no orçamento de Investimento - PIDDAC foi de 50,1%.

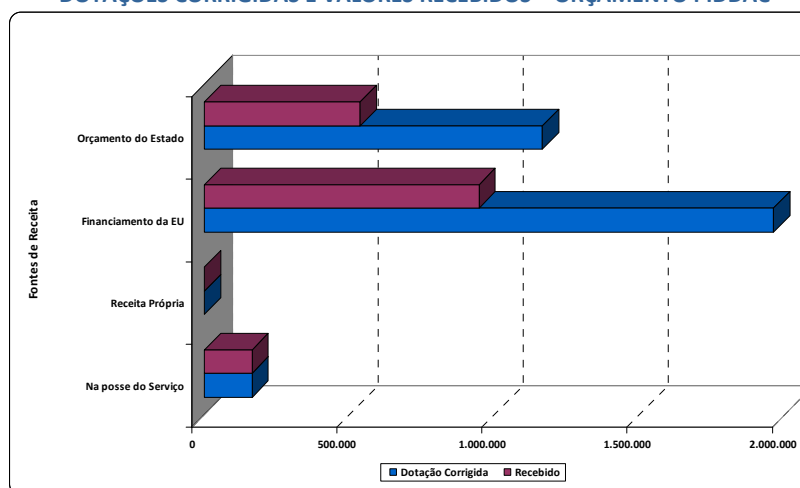
QUADRO 6
TAXA DE EXECUÇÃO DA RECEITA AFETA AO ORÇAMENTO PIDDAC

(euros)

GRUPOS RECEITA	Dotação Corrigida (1)	Recebido (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
Orçamento do Estado	1.165.479	536.615	46,0%
Transferências Correntes OE	909.634	508.981	56,0%
Transferências de Capital OE	255.845	27.634	10,8%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	0	
Financiamento da EU	1.961.933	947.062	48,3%
Transferências Correntes OE	1.904.736	938.029	49,2%
Transferências de Capital OE	57.197	9.033	15,8%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	0	0	
Receita Própria	0	0	0,0%
Na posse do Serviço	165.122	165.122	100,0%
Saldos Gerência de Anos Anteriores	165.122	165.122	100,0%
TOTAL	3.292.534	1.648.799	50,1%

Fonte: SIGO

GRÁFICO 2
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES RECEBIDOS – ORÇAMENTO PIDDAC



Fonte: SIGO

Esta baixa taxa de execução resulta em grande medida da aplicação da regra, atrás mencionada, de proibição de assunção de novos compromissos no Capítulo 50º - orçamento de investimento com efeitos a partir de maio de 2011.

Em julho de 2011 os serviços desta Comissão de Coordenação solicitaram ao MEF autorização para proceder ao registo de novos compromissos (incluindo compromissos transitados de anos anteriores, mas não registados no Sistema de Informação Contabilística), tendo sido apenas autorizado a 27 de dezembro de 2011 € 160.088 de Capítulo 50º ou seja a contrapartida

nacional, que alavancaria fundos comunitários de aproximadamente € 373.500. Em resultado desta situação inviabilizou-se a realização de despesa de investimento de mais de meio milhão de euros.

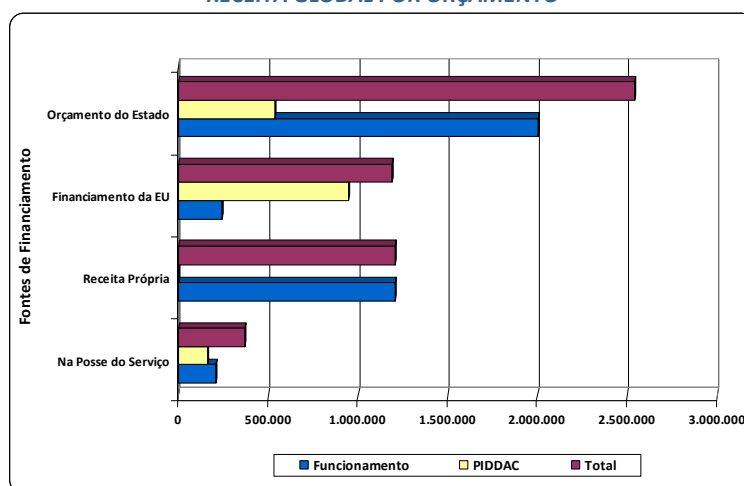
QUADRO 7
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO E FONTE DE FINANCIAMENTO

(euros)

GRUPOS DE RECEITA	FUNCIONAMENTO	PIDDAC	TOTAL
Na Posse do Serviço	207.880	165.122	373.002
Receita Própria	1.206.856	0	1.206.856
Financiamento da EU	243.250	947.062	1.190.312
Orçamento do Estado	2.004.159	536.615	2.540.774
TOTAL	3.662.145	1.648.799	5.310.944

Fonte: SIGO

GRÁFICO 3
RECEITA GLOBAL POR ORÇAMENTO



Fonte: SIGO

O orçamento global de receita prevista para 2011 totalizava € 5.284.539 após cativações. Contabilizaram-se durante o ano € 5.310.944, incluindo este valor o saldo transitado do ano 2010, no montante de € 373.002 (saldos globais apurados no valor de € 739.557 e entregas ao Estado € 366.555), alcançando-se assim uma taxa global de execução ligeiramente acima dos 100%.

A.1.2 - Estrutura da Despesa

QUADRO 8
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA AFETA AO ORÇAMENTO DE FUNCIONAMENTO

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Corrigida (1)	Pago (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
01 - Despesas com o Pessoal	3.239.009	2.592.061	80,0%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	2.784.660	2.181.300	78,3%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	17.000	13.831	81,4%
01.03 - Segurança Social	437.349	396.930	90,8%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	420.202	257.844	61,4%
02.01 - Aquisições de Bens	61.546	23.776	38,6%
02.02 - Aquisições de Serviços	358.656	234.068	65,3%
03 - Juros e Outros Encargos	292	143	49,0%
03.05 - Outros Juros	292	143	49,0%
04 - Transferências Correntes	25.117	25.116	100,0%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	1.500	1.500	100,0%
04.08 - Famílias	22.450	22.449	100,0%
04.09 - Resto do Mundo	1.167	1.167	100,0%
06 - Outras Despesas Correntes	654	654	100,0%
06.02 - Diversas	654	654	100,0%
07 - Aquisição de Bens de Capital	8.981	2.426	27,0%
07.01 - Investimentos	8.981	2.426	27,0%
TOTAL	3.694.255	2.878.244	77,9%

Fonte: SIGO

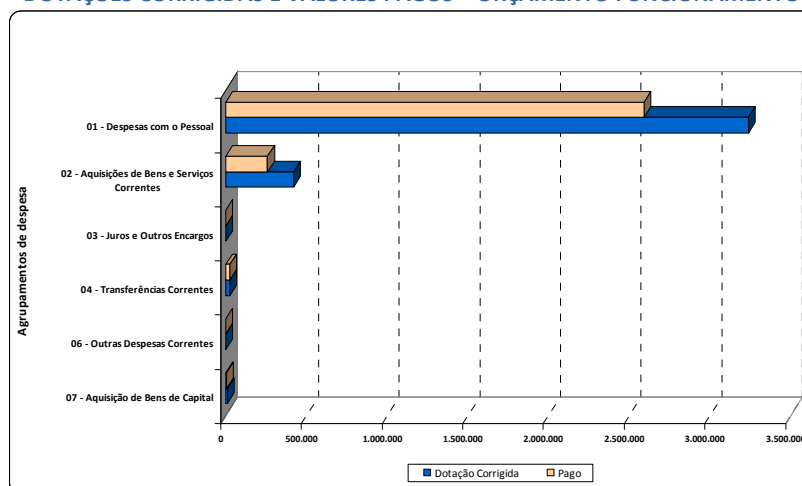
A taxa de execução da despesa afeta ao orçamento de funcionamento totalizou 77,9%, registando-se um desvio de 22,1% face às dotações corrigidas dos cativos (fixados na LEO e DLEO).

As razões justificativas para este desvio não são a consequência de projeções iniciais erradas, mas sim o resultado do efeito conjugado dos seguintes fatores:

- as dotações orçamentais afetas às despesas com pessoal foram excessivas face aos ajustamentos em baixa decorrentes das medidas de contenção da despesa adicionais (ajudas de custo, horas extraordinárias, etc...) e redução de 50% do subsídio de Natal;
- redução de 10% no valor dos contratos de aquisição de bens e serviços objeto de renovação ou dos novos contratos celebrados com o mesmo objeto e a mesma contraparte nos termos da Portaria n.º 4-A/2011, de 3 de Janeiro;

- insuficiente liquidez associada às receitas próprias, durante o 1º semestre de 2011, condicionou a assunção de novos compromissos;
- a fraca execução do orçamento PIDDAC pelo facto de não ser possível assumir novos compromissos, condicionou a realização de algumas despesas gerais que são financiadas conjuntamente pelos orçamentos de funcionamento e investimento.

GRÁFICO 4
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES PAGOS – ORÇAMENTO FUNCIONAMENTO



Fonte: SIGO

É visível na representação gráfica do orçamento de funcionamento desta Comissão de Coordenação que 90% da despesa realizada em 2011 se refere a despesas com pessoal.

QUADRO 9
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA AFETA AO ORÇAMENTO PIDDAC

(euros)

GRUPOS DESPESA	Dotação Corrigida (1)	Pago (2)	Taxa de Execução (3)=(2)/(1)
01 - Despesas com o Pessoal	908.434	762.917	84,0%
01.01 - Remunerações Certas e Permanentes	748.151	636.781	85,1%
01.02 - Abonos Variáveis ou Eventuais	20.242	5.045	24,9%
01.03 - Segurança Social	140.041	121.091	86,5%
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	1.033.107	678.141	65,6%
02.01 - Aquisições de Bens	53.600	33.574	62,6%
02.02 - Aquisições de Serviços	979.507	644.567	65,8%
03 - Juros e Outros Encargos	0	0	
03.05 - Outros Juros	0	0	
04 - Transferências Correntes	3.620	833	23,0%
04.07 - Instituições em Fins Lucrativos	0	0	
04.08 - Famílias	0	0	
04.09 - Resto do Mundo	3.620	833	23,0%
06 - Outras Despesas Correntes	0	0	
06.02 - Diversas	0	0	
07 - Aquisição de Bens de Capital	153.284	34.143	22,3%
07.01 - Investimentos	153.284	34.143	22,3%
TOTAL	2.098.445	1.476.034	70,3%

Fonte: SIGO

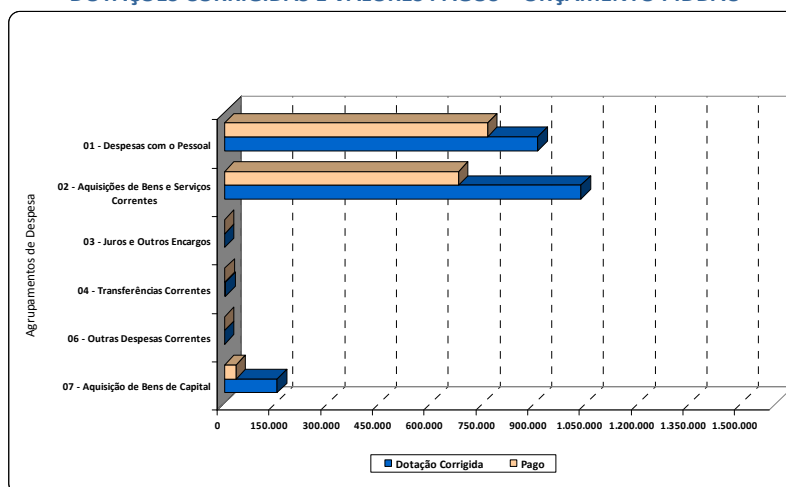
Ao nível do Orçamento PIDDAC a taxa global de execução da despesa totalizou 70,3%. Contribuiu decisivamente para esta taxa a rubrica das despesas com pessoal, que constituíam uma das exceções à regra da assunção de novos compromissos, pelo seu carácter obrigatório e inadiável.

O desvio de 26,9% registado face às dotações corrigidas expressa antes de mais o investimento que não foi realizado por falta atempada de autorização para a assunção de novos compromissos.

Dos 12 projetos aprovados, 2 não se iniciaram, 1 não cofinanciado não teve qualquer execução e os restantes ficaram aquém dos objetivos e metas orçamentais fixados para o ano 2011.

Graficamente são evidentes os desvios entre a dotação corrigida e os valores pagos, sendo de salientar que por cada euro que não se investe de Capítulo 50º ou seja de contrapartida nacional não se recebem € 2,33 de verbas comunitárias.

GRÁFICO 5
DOTAÇÕES CORRIGIDAS E VALORES PAGOS – ORÇAMENTO PIDDAC



Fonte: SIGO

QUADRO 10
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO E AGRUPAMENTO DE DESPESA

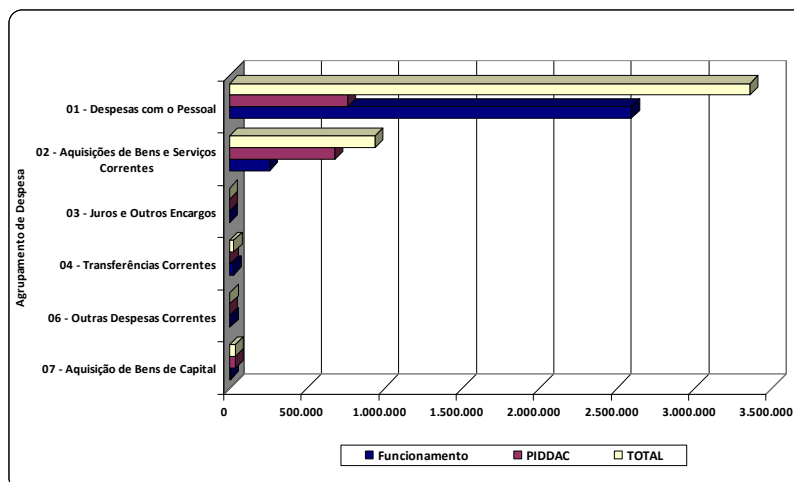
(euros)

GRUPOS DE DESPESA	FUNCIONAMENTO	PIDDAC	TOTAL
01 - Despesas com o Pessoal	2.592.061	762.917	3.354.978
02 - Aquisições de Bens e Serviços Correntes	257.844	678.141	935.985
03 - Juros e Outros Encargos	143	0	143
04 - Transferências Correntes	25.116	833	25.949
06 - Outras Despesas Correntes	654	0	654
07 - Aquisição de Bens de Capital	2.426	34.143	36.569
TOTAL	2.878.244	1.476.034	4.354.278

Fonte: SIGO

O orçamento para 2011 previa uma despesa total de € 5.269.175 após cativações (fixados na LEO e DLEO) o que comparado com o valor efetivamente realizado permite concluir que a taxa de execução global totalizou 83%. Os saldos transitados de 2010 apenas foram integrados na ótica da receita, de forma a evitar o aumento da despesa pública.

GRÁFICO 6
DESPESA GLOBAL POR ORÇAMENTO



Fonte: SIGO

A.2 - Contabilidade Patrimonial (POC P)

As demonstrações financeiras que instruem a conta de gerência do ano 2011 foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública.

A Gerência do ano económico de 2011 marca o arranque da implementação do POC P na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve. Para o efeito, foi definida a situação de partida à data de 31 de dezembro de 2010 tendo-se procedido à elaboração do Balanço reportado a esta data. O método utilizado consistiu na identificação exaustiva dos elementos patrimoniais ativos e passivos e pela diferença entre ambos obteve-se o valor dos fundos próprios reportados a 31 de dezembro de 2010.

QUADRO 11
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO 2010-2011

(euros)

CONTAS	2011	2010
Imobilizado		
Bens de domínio público	0,00 €	0,00 €
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	0,00 €
Imobilizações corpóreas	2.215.853,15 €	2.375.238,65 €
Investimentos financeiros	2.500,00 €	2.500,00 €
Circulante		
Existências	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	0,00 €
Dívidas de terceiros - Curto prazo	95.234,85 €	137.827,22 €
Títulos negociáveis	0,00 €	0,00 €
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	1.431.064,18 €	1.144.092,34 €
Acréscimos e diferimentos	23.638,55 €	21.814,22 €
TOTAL DO ATIVO	3.768.290,73 €	3.681.472,43 €

Fonte: Balanço

O ativo líquido totalizou no ano 2011 3,8 milhões de euros tendo-se registado uma variação positiva de 2,4% de 2010 para 2011.

Nos anos em análise a composição do ativo líquido apresenta os seguintes valores percentuais:

Ativo Fixo	→ 2011 - 59%	2010 -> 65%
Ativo Circulante	→2011 - 41%	2010 -> 35%

Graficamente a composição do ativo líquido referente a estes anos reflete precisamente esta realidade.

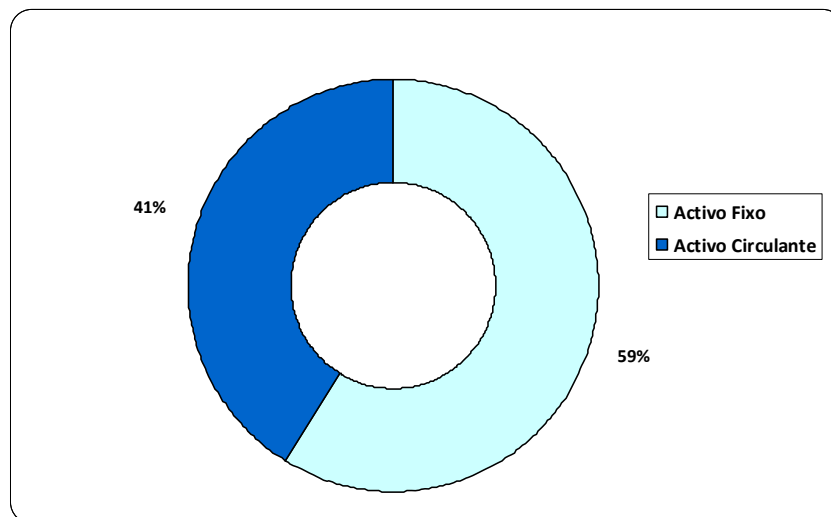
QUADRO 12
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO ATIVO LÍQUIDO NO ANO 2011

(euros)

CONTAS	Valor	%
Imobilizado	2.218.353,15 €	59%
Bens de domínio público	0,00 €	
Imobilizações incorpóreas	0,00 €	
Imobilizações corpóreas	2.215.853,15 €	99,9%
Investimentos financeiros	2.500,00 €	0,1%
	1.549.937,58 €	41%
Circulante		
Existências	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo	0,00 €	
Dívidas de terceiros - Curto prazo	95.234,85 €	6%
Títulos negociáveis	0,00 €	
Conta no tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa	1.431.064,18 €	92%
Acréscimos e diferimentos	23.638,55 €	2%
TOTAL DO ATIVO	3.768.290,73 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 7
COMPOSIÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO



Fonte: Balanço

Concentrando a análise no ano 2011 conclui-se que as imobilizações corpóreas representam 99,9% do Ativo Fixo. A justificação para esta elevada percentagem é a conta Edifícios e Outras Instalações que representa 81% do seu valor. A conta Equipamento Administrativo contribuiu em 11% para o valor assumido pelas Imobilizações Corpóreas.

Por seu turno o Ativo Circulante totaliza € 1.549.938 sendo constituído por Dívidas de Terceiros de Curto Prazo, que representam 4% e se reportam a Dívidas de Clientes c/c, e por

Disponibilidades, que representam 90% e se reportam aos saldos existentes nas várias Contas no Tesouro. A conta de Acréscimos de Custos reflete a aplicação do princípio da especialização dos exercícios ao contemplar as estimativas de gastos gerais que serão efetivados no ano 2012.

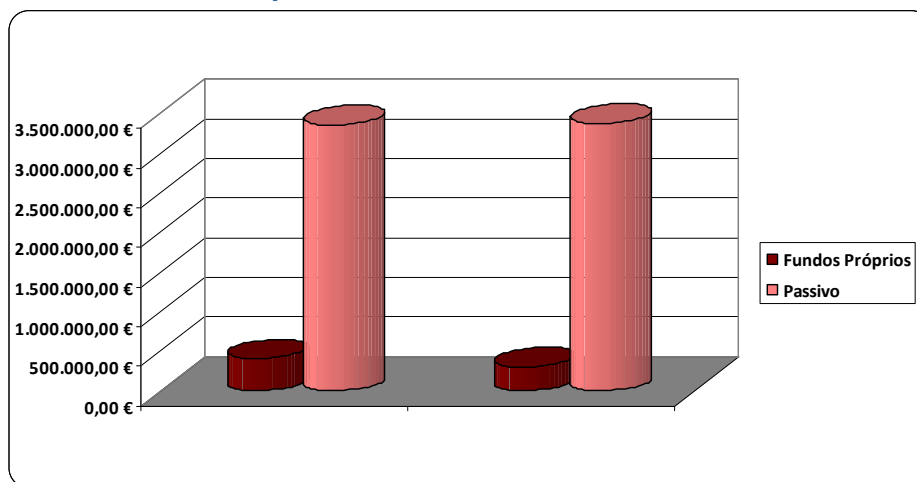
QUADRO 13
FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	2010
Fundos próprios	308.448 €	308.448 €
Reservas Transf. Ativos	2.500 €	
Resultados transitados	-366.555 €	
Resultado líquido do exercício	464.403 €	
Subtotal Fundos Próprios	408.796 €	308.448 €
Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	0 €	0 €
Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.045.549 €	681.253 €
Acréscimos e diferimentos	2.314.114 €	2.691.771 €
Subtotal Passivo	3.359.663 €	3.373.024 €
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	3.768.459 €	3.681.472 €

Fonte: Balanço

GRÁFICO 8
COMPARAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO 2010-2011



Fonte: Balanço

A composição dos Fundos Próprios e do Passivo apresenta nos anos em análise os seguintes valores percentuais:

Fundos Próprios	2011 → 11%	2010 → 8%
Passivo	2011 → 89%	2010 → 92%

Face às pequenas diferenças percentuais registadas nos dois anos em análise, conclui-se que a estrutura dos Fundos Próprios e Passivo que suporta o Ativo é em tudo muito idêntica.

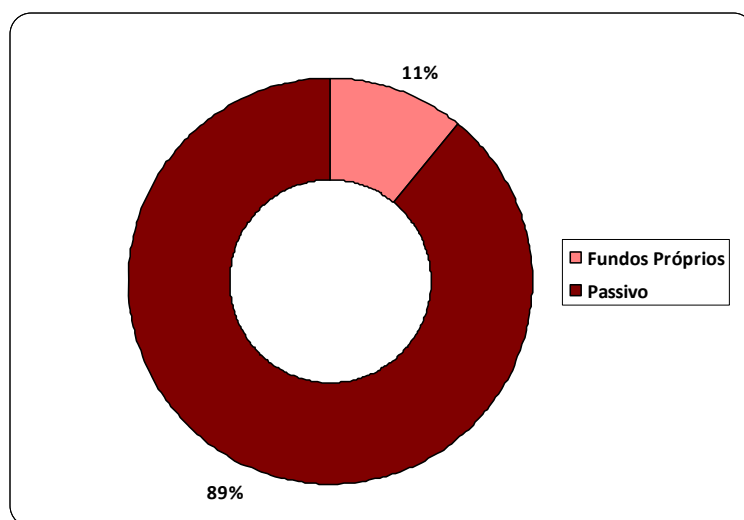
QUADRO 14
COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2011	%
Fundos próprios	308.448 €	75%
Reservas Transf. Ativos	2.500 €	1%
Resultados transitados	-366.555 €	-90%
Resultado liquido do exercício	464.403 €	114%
Subtotal Fundos Próprios	408.796 €	11%
Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazo	0 €	0%
Dívidas a terceiros - Curto Prazo	1.045.549 €	31%
Acréscmos e Diferimentos	2.314.114 €	69%
Subtotal Passivo	3.359.663 €	89%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	3.768.459 €	100%

Fonte: Balanço

GRÁFICO 9
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO



Fonte: Balanço

No ano 2011 os Fundos Próprios totalizam € 408.796 e incorporam a Conta de Fundos Próprios ou Património que assume o valor calculado em 2010, de acordo com o método atrás descrito.

Incorpora também a Conta de resultados Transitados que reflete os saldos entregues em 2011 que transitaram de anos anteriores.

A conta Resultados Líquidos reflete um valor positivo de € 464.403 que será explicado mais adiante quando for analisada a Demonstração de Resultados – componente Custos.

O Passivo no valor de € 3.359.663 é constituído por duas contas: Dívidas a Terceiros de Curto Prazo no valor de € 1.045.549 (31% do total do passivo) sendo de salientar a Conta de Outros Credores que inclui os € 526.882 da componente da Taxa de Gestão de Resíduos que

aguardam autorização para aplicação na despesa, as Contas de Ordem no valor de € 345.433 e € 64.762 a favor das entidades autuantes que representam os valores percentuais legalmente fixados sobre algumas das receitas arrecadadas por esta Comissão de Coordenação; e, os Acréscimos e Diferimentos, no valor de € 2.314.114 (69% do total do passivo), que em cumprimento com o princípio da especialização, incluem as estimativas com as despesas com pessoal previstas para 2012 no valor de € 222.780 e a contabilização dos subsídios ao investimento que totalizam € 2.048.018.

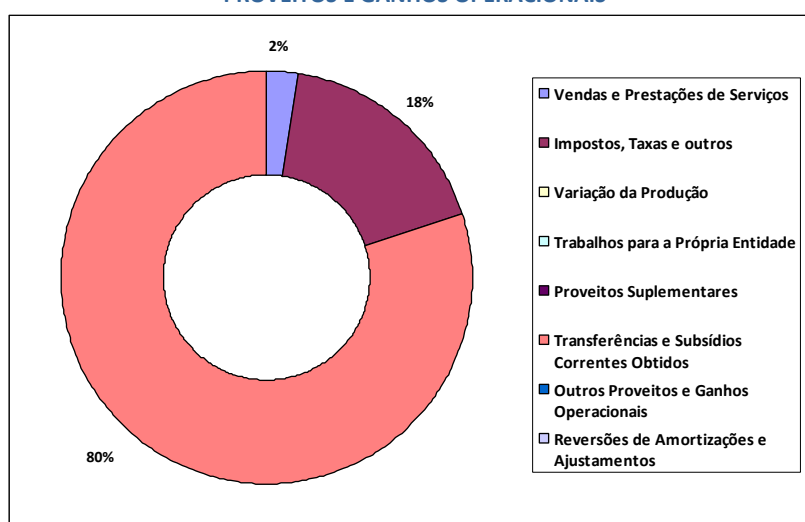
QUADRO 15
ESTRUTURA DE PROVEITOS

(euros)

PROVEITOS E GANHOS		
	Valor	%
Proveitos e Ganhos Operacionais	4.584.593	96,1%
Vendas e Prestações de Serviços	112.252	2,4%
Impostos, Taxas e outros	802.447	16,8%
Variação da Produção	0	0,0%
Trabalhos para a Própria Entidade	0	0,0%
Proveitos Suplementares	2.955	0,1%
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	3.666.939	76,9%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	0	0,0%
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	0	0,0%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	183.578	3,9%
PROVEITOS TOTAIS	4.768.171	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

GRÁFICO 10
PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS



Fonte: Demonstração Resultados

Em 2011 os Proveitos e Ganhos totalizaram 4,8 milhões de euros sendo constituídos pelos Proveitos e Ganhos Operacionais, que representam 96,1% deste valor, e pelos Proveitos e Ganhos Extraordinários que representam 3,9% do mesmo valor.

A estrutura dos Proveitos e Ganhos Operacionais está alicerçada fundamentalmente nas transferências correntes, as quais representam 77% do total desta conta. Incluem-se os valores arrecadados no âmbito dos Pedidos de Libertação de Créditos associados aos orçamentos de funcionamento e PIDDAC, tal como as transferências por parte do IFDR referentes à contrapartida nacional do projeto PIDDAC – Assistência Técnica Global e as transferências de verbas comunitárias resultantes de pedidos de reembolso aprovados pelo PO Algarve 21.

Com menor expressão surge a Conta Impostos e Taxas, que representa cerca de 17% do total. Os € 802.447 arrecadados correspondem basicamente às receitas provenientes da Taxa de Gestão de Resíduos, que é atualmente a principal fonte de receita própria, e registou excepcionalmente no ano 2011 um acréscimo de 30% face às dotações iniciais.

No que concerne os Proveitos e Ganhos Extraordinários os mesmos assumiram o valor de € 183.578 e incluem fundamentalmente a contabilização dos subsídios ao investimento afetos aos bens adquiridos com verbas comunitárias, que anualmente são transferidos da respetiva conta de Acréscimos e Diferimentos para esta conta.

Os Custos e Perdas assumiram em 2011 o valor de € 4.303.768 repartidos, respetivamente, pelos Custos e Perdas Operacionais que representam 99,3% deste valor e pelos Custos e Perdas Extraordinárias que representam apenas 0,7% dos custos totais.

A análise da estrutura dos Custos e Perdas Operacionais permite concluir que cerca de 74% dos custos se reportam a encargos com pessoal e prestações sociais, o que não deixa de ser bastante significativo.

Os Fornecimentos e Serviços Externos representam cerca de 22% do total dos Custos e Perdas Operacionais. Estes custos abrangem os gastos gerais inerentes ao funcionamento dos 3 edifícios ocupados pelas unidades orgânicas desta Comissão de Coordenação, assim como os gastos com os Trabalhos Especializados e Estudos e Projetos. Estes últimos, representam 15% do total dos custos com Fornecimentos e Serviços Externos e justificam-se pela inexistência de efetivos com as valências necessárias sobretudo no domínio dos sistemas de informação.

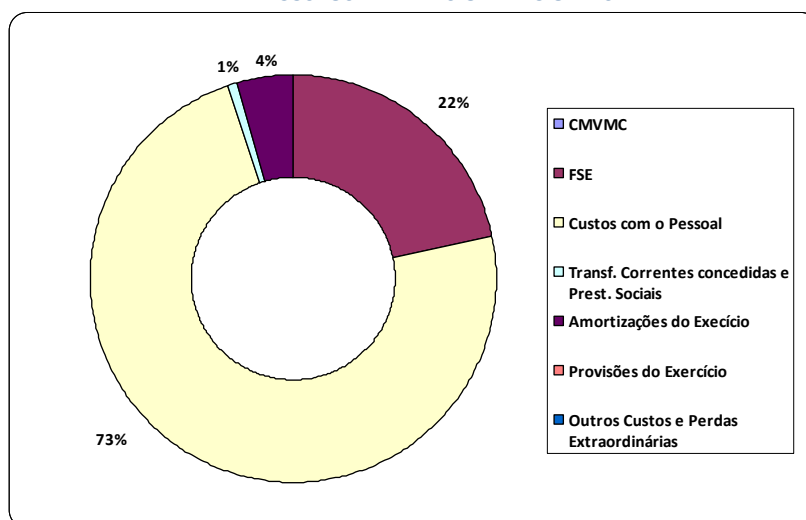
QUADRO 16
ESTRUTURA DE CUSTOS

(euros)

CUSTOS E PERDAS	Valor	%
Custos e Perdas Operacionais	4.274.941	99,3%
CMVMC	0	0,0%
FSE	931.815	21,7%
Custos com o Pessoal	3.118.537	72,5%
Transf. Correntes concedidas e Prest. Sociais	39.489	0,9%
Amortizações do Exercício	185.100	4,3%
Provisões do Exercício	0	0,0%
Outros Custos e Perdas Extraordinárias	0	0,0%
Custos e Perdas Financeiras	143	0,0%
Custos e Perdas Extraordinárias	28.684	0,7%
CUSTOS E PERDAS TOTAIS	4.303.768	100,0%

Fonte: Demonstração Resultados

GRÁFICO 11
CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS



Fonte: Demonstração Resultados

Importa referir que no cômputo geral os custos com os fornecimentos e serviços externos resultam de contratos que foram celebrados em anos anteriores. Esta aliás tem sido uma das áreas onde se têm aplicado anualmente medidas adicionais de racionalização de despesa, pelo que já não existe margem para se proceder a novos emagrecimentos contratuais, sob pena de se colocar em causa o normal funcionamento dos serviços.

Por fim, apresentam-se os resultados consolidados do ano 2011.

O resultado líquido apurado foi influenciado pelos valores assumidos em 2011 pelos Proveitos e Ganhos e pelos Custos e Perdas registados. No que se refere aos proveitos registou-se um

aumento da receita própria associada à Taxa de Gestão de Resíduos, o que naturalmente influencia os resultados. Quanto aos custos, os mesmos foram de facto mais baixos quando comparados com os do ano anterior em resultado das medidas adicionais de contenção da despesa pública, que tiveram impacto direto nas despesas com pessoal (redução dos encargos com o subsídio de Natal, ajudas de custo, horas extraordinárias, etc...) e nos contratos de aquisição de bens e serviços que foram reduzidos em 10%/ano.

Por outro lado, os saldos transitados de 2010, também influenciam os resultados alcançados, uma vez que parte dos mesmos foi entregue ao Estado (€ 366.555,39) e o restante (€ 373.001,81) integrado apenas na ótica da receita.

QUADRO 17
RESULTADOS DO EXERCÍCIO

(euros)

RESULTADOS DO EXERCÍCIO	2011
Operacionais	309.652
Financeiros	-143
Correntes	309.509
Resultado Líquido do Exercício	464.403

Fonte: Demonstração Resultados

Importa ainda esclarecer que após o encerramento do ano económico a 31 de dezembro, decorre ainda o período complementar durante o qual são realizados pagamentos que não provocam impacto na gerência de 2011. No caso concreto do exercício do ano 2011 efetuaram-se pagamentos no valor de € 51.632 no período de 1 a 7 de Janeiro de 2012.

Em conformidade com as Notas Explicativas da Conta Resultados Transitados constantes no Plano Oficial de Contabilidade, propõe-se a transferência do resultado líquido apurado no exercício económico de 2011, no valor de € 464.403, para esta conta.

II.3.2 – APRECIÇÃO POR PARTE DOS UTILIZADORES DA QUANTIDADE E QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Tendo presente as prioridades definidas superiormente e a escassez de trabalhadores disponíveis, não foi possível realizar inquéritos/questionários, conforme proposto na Orientação Técnica do Conselho Coordenador da Avaliação dos Serviços. No entanto, nas várias ações dinamizadas pelas estruturas acolhidas pela CCDR Algarve - *Enterprise Europe Network* e *Europe Direct* - e destinadas a públicos alvo muito diferenciados foram realizados inquéritos de satisfação.

Das 36 ações concretizadas, 13 foram objeto de avaliação através de inquérito por questionário: “Algarve 21 – Resultados, impacto no turismo e estratégia futura”, informação europeia às empresas (5) e informação europeia aos cidadãos (7).

Nos 5 eventos organizados pela *Enterprise Europe Network* a avaliação média foi de 3,2, numa escala de 1 (fraco) a 4 (muito bom). Nas iniciativas organizadas pelo *Europe Direct* a apreciação global feita pelos participantes foi em média de 3, também numa escala de 1 a 4.

II.3.3 – AVALIAÇÃO DOS SISTEMAS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO INTERNO

II.3.3.1 – AÇÕES DE AUDITORIA EXTERNA

A CCDR Algarve foi objeto de uma ação de auditoria à gestão da receita cometida ao Fundo de Intervenção Ambiental (FIA), realizada pela ex-IGAOT – Inspeção Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território, em junho de 2011, com o intuito de avaliar os sistemas e procedimentos de gestão e controlo interno das receitas provenientes da cobrança de contraordenações ambientais e verificar e quantificar os valores remetidos para o FIA, referentes aos anos 2008, 2009 e 2010.

O relatório de auditoria elaborado pela ex-IGAOT elencou um conjunto conclusões e recomendações que foram analisadas em sede de contraditório efetuando-se de seguida o ponto da situação relativamente ao cumprimento das recomendações no mesmo formalizadas, como consta no quadro seguinte:

QUADRO 18
AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA CCDR ALGARVE

RECOMENDAÇÕES IGAOT	AÇÕES DESENVOLVIDAS	OBSERVAÇÕES
<i>Emissão das Guias de Receita em conformidade com a repartição estabelecida na Lei-Quadro das Contraordenações Ambientais</i>	<i>A repartição das coimas passou a ser efetuada de acordo com o disposto no artigo 73º da Lei-Quadro a partir da data de realização da auditoria</i>	.
<i>Eliminar o procedimento de suspensão da execução parcial ou total do valor das coimas</i>	<i>O procedimento de suspensão da execução parcial ou total do valor das coimas foi eliminado a partir da data de realização da auditoria</i>	
<i>Dar continuidade ao aumento do nº de processos de contraordenação tramitados por forma a aumentar a receita</i>	<i>O aumento da receita proveniente dos CPO está dependente de vários fatores, nomeadamente: nº de CPO efetivamente remetidos para a CCDR Algarve; nº de CPO cobrados, visto grande parte dos arguidos não pagar, outros impugnam, sendo em ambos os casos os mesmos remetidos para Tribunal que por seu turno tem um timing muito alargado para decidir e enviar o produto das coimas; recursos humanos afetos à tramitação dos CPO.</i>	<i>Exceptuando o período compreendido entre julho de 2010 e junho de 2011 à área das contraordenações apenas tem 1 jurista afeto à tramitação dos CPO entre outros assuntos afetos à Divisão de Apoio Jurídico.</i> <i>A área da vigilância e controlo conta apenas com o chefe de divisão, não existindo vigilantes de natureza que poderiam ter um papel bastante importante na área dos CPO</i>
<i>Proceder à transferência mensal da receita cometida ao FIA</i>	<i>A CCDR está a proceder à transferência mensal da receita para o FIA</i>	
<i>Emissão de recibo de quitação de todas as importâncias pagas</i>	<i>A guia de receita refere em rodapé “o documento é válido como recibo após boa cobrança”. Os pagamentos na sua maioria efetuados via multibanco geram também o respetivo recibo. Vai ser implementada uma rotina no módulo de Tesouraria do Sistema Integrado de Gestão para que sejam emitidos recibos independentemente da modalidade de pagamento</i>	<i>Solicitou-se à empresa responsável pela assistência técnica do SINGAP - Sistema Integrado de Gestão um pequeno desenvolvimento com vista à emissão do recibo de quitação conforme exigido pela auditoria.</i>
<i>Assinatura das guias de receita por quem tenha a</i>	<i>Elaboração de despachos de delegação de competências do dirigente máximo</i>	<i>A INCM informou esta CCDR que todos os atos que</i>

RECOMENDAÇÕES IGAOT	AÇÕES DESENVOLVIDAS	OBSERVAÇÕES
<i>competência legal ou lhe tenha sido delegada</i>	<i>nos diretores de serviço sobre esta matéria ratificando os atos entretanto praticados desde outubro de 2008. Envio para publicação em Diário da República não tendo sido publicado.</i>	<i>tenham repercussão em datas anteriores a 6 de junho de 2011 deverão ser obrigatoriamente validados pela tutela, sob pena se não serem publicados, o que não aconteceu até a esta data pese embora os vários pedidos desta CCDR com vista à resolução desta situação.</i>
<i>Anulação da guia de receita apenas na fase final do processo judicial e apenas se os valores diferirem em relação à guia de receita inicial</i>	<i>Nos CPO objeto de impugnação judicial e cobrança coerciva as guias de receita deixaram de ser anuladas, tendo-se adoptado o procedimento recomendado pela auditoria.</i>	
<i>Reforço dos recursos humanos afetos à tramitação dos processos de contraordenação</i>	<i>O atual quadro legislativo e financeiro fortemente restritivo não tem permitido o reforço desejável dos recursos humanos afetos aos CPO</i>	

De realçar ainda que no âmbito das sucessivas auditorias que foram realizadas aos projetos cofinanciados pelo PO Regional em que a CCDR é beneficiária, não foram identificadas deficiências nos procedimentos internos associados às várias áreas transversais.

Saliente-se que em 2011 foi efetuada uma Auditoria aos sistemas de gestão e controlo do Programa Operacional Regional do Algarve 2007 - 2013 (ALGARVE21) tendo esta CCDR sido questionada sobre alguns procedimentos de contratação pública, realizados no âmbito da candidatura aprovada pelo PO Regional. Em resultado do contraditório oportunamente apresentado, não foram efetuadas recomendações adicionais

II.3.4 – ANÁLISE DAS CAUSAS DE INCUMPRIMENTO DE AÇÕES OU PROJETOS NÃO EXECUTADOS OU COM RESULTADOS INSUFICIENTES

Face ao descrito anteriormente, não existe qualquer informação a reportar neste ponto.

II.3.5 – DESENVOLVIMENTO DE MEDIDAS PARA REFORÇO POSITIVO DO DESEMPENHO

Nos termos da alínea d) do nº 2 do artigo 15º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro, a autoavaliação deve ser acompanhada de informação relativa às medidas que foram tomadas para o reforço positivo do desempenho. As principais medidas tomadas durante o ano foram sumariamente as seguintes:

- 1) *Dinamização da participação dos dirigentes e trabalhadores em seminários, workshops e ações de formação promovidas por entidades externas;*
- 2) *Realização regular de reuniões de chefias com o objetivo de monitorizar o sistema de avaliação, na perspetiva dos objetivos definidos no QUAR e nas unidades orgânicas.*
- 3) *Monitorização trimestral do QUAR envolvendo os dirigentes superiores e intermédios no sentido de avaliar a existência de possíveis desvios e identificar soluções, como por exemplo a reformulação de determinado objetivo ou meta, como aconteceu em 2011 com os **objetivos 1 e 9** do QUAR.*

II.3.6 – COMPARAÇÃO COM O DESEMPENHO DE SERVIÇOS IDÊNTICOS NO PLANO NACIONAL E INTERNACIONAL

A CCDR Algarve integra uma unidade homogénea juntamente com as demais Comissões de Coordenação, em conformidade com o estipulado no artigo 16º da Lei nº 66-B/2007 de 28 de dezembro. Tendo presente que no quadro dessa unidade homogénea foram definidos e posteriormente monitorizados os indicadores de desempenho que permitem a comparabilidade com os restantes serviços que integram a mesma unidade homogénea que a CCDR Algarve, é possível proceder no plano nacional à comparação de desempenho dos serviços que integram esta unidade homogénea.

Para além do contributo prestado ao trabalho desta unidade homogénea, esta CCDR não dispõe de informação adicional sobre este item do relatório.

II.3.7 – AUDIÇÃO DE DIRIGENTES E DEMAIS TRABALHADORES NA AUTOAVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

A audição dos dirigentes sobre a autoavaliação foi realizada nas reuniões de chefias que ocorreram, em regra na última semana de cada mês, durante o ano 2011.

III – SÍNTESE DO BALANÇO SOCIAL

Para melhor compreensão da informação fornecida por este instrumento de gestão procede-se de seguida à caracterização dos trabalhadores ao serviço na CCDR durante o ano 2011 comparando pontualmente a sua evolução relativamente aos dois anos anteriores.

Conforme consta do Balanço Social da CCDR Algarve para 2011 a 31 de dezembro contabilizavam-se 111 pessoas em exercício de funções no serviço (a que acrescem 2 aquisições de serviços).

a) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPO/CARGO/CARREIRA

QUADRO 19
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR GRUPOS/CARGOS/CARREIRAS

GRUPOS PROFISSIONAIS	Nº DE TRABALHADORES
Dirigentes	20
Técnico Superior	48
Assistente Técnico	31
Assistente Operacional	10
Informático	2
Outros (Aquisições Serviços)	2
TOTAL	113

Fonte: Balanço Social 2011

b) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO

QUADRO 20
DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES PELA MODALIDADE DO VÍNCULO

MODALIDADE DE VÍNCULO	Nº TRAB.	%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado	77	68%
Contrato de Trabalho em Funções Públicas a termo resolutivo incerto (Estrutura de Apoio Técnico PO Algarve 21)	14	12%
Comissão de Serviço no âmbito da LVCR	20	18%
Outros (Aquisição Serviços)	2	2%
TOTAL	113	100%

Fonte: Balanço Social 2011

Considerando apenas os trabalhadores com Relação Jurídica de Emprego Público a evolução do número de trabalhadores efetivos nos últimos três anos foi a seguinte:

2009	2010	2011
111	112	111

A lista nominativa de transição elaborada no início do ano 2009 nos termos do estabelecido no nº 3 do artigo 109º da Lei nº12-A/2008, 27 de fevereiro, elencou todos os trabalhadores da CCDR Algarve, ao serviço e fora do serviço, segundo o seu vínculo de origem, tendo-lhes sido associada a nova modalidade de vinculação e respetiva categoria, assim como a posição remuneratória e o nível correspondentes.

Os trabalhadores estavam, em regra, no regime de nomeação definitiva, passando então a estar abrangidos pelo regime de contrato de trabalho em funções públicas, por tempo indeterminado. Os trabalhadores afetos à estrutura de missão do Programa Operacional transitaram, em função do carácter temporário das suas funções, para o regime de contrato de trabalho em funções públicas, a termo resolutivo incerto.

Em 31 de dezembro de 2011, registavam-se 111 trabalhadores em efetividade de funções, dos quais, cerca de 68% em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, 12% com contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (pessoal afeto à estrutura de missão do Programa Operacional Algarve 21) e 18% em comissão de serviço.

Na mesma data, também desempenhavam funções dois trabalhadores, em regime de aquisição de serviços (contrato de tarefa).

Das carreiras que compõem o Mapa de Pessoal da CCDR Algarve, a que apresenta o maior nº de efetivos é a de técnico superior (48), seguida da de assistente técnico (31) e de assistente operacional (10).

c) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES SEGUNDO O SEXO E GRUPO DE PESSOAL

Dos 111 trabalhadores em funções, 67% eram Mulheres e 33% eram Homens.

É no grupo de pessoal assistente técnico que se verifica a maior concentração de efetivos femininos, com cerca de 87% de trabalhadores.

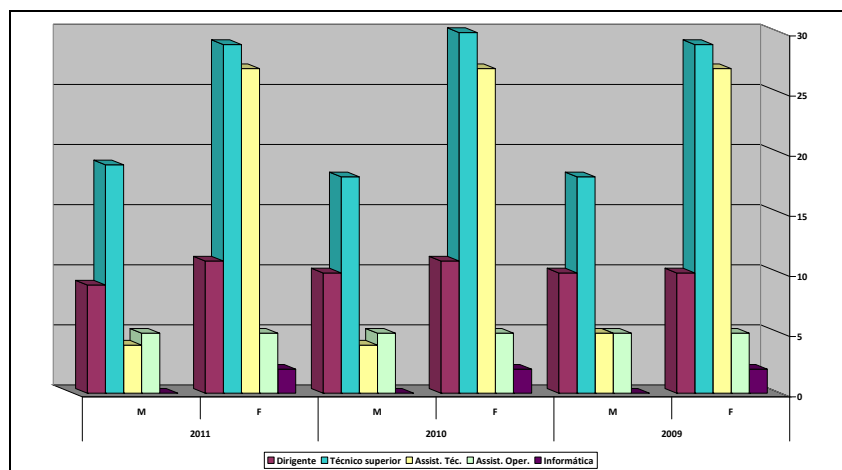
QUADRO 21
N.º DE EFETIVOS POR GÉNERO EM 2011

GÉNERO / GRUPO	MASC.	FEM.	TOTAIS	% MASC.	% FEM.
Dirigente	9	11	20	45%	55%
Técnico superior	19	29	48	40%	60%
Assistente técnico	4	27	31	13%	87%
Assistente operacional	5	5	10	50%	50%
Informática	0	2	2	0%	100%
TOTAL	37	74	111	33%	67%

Fonte: Balanço Social 2011

Relativamente aos dois anos anteriores, mantém-se inalterada a maior representatividade feminina (67%).

GRÁFICO 12
N.º DE EFETIVOS POR GÉNERO 2009-2011



Fonte: Balanço Social 2011

d) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR ESTRUTURA ETÁRIA

As faixas etárias onde se registava maior número de elementos correspondiam aos intervalos de (40-44), (45-49) e (55-59) anos, concentrando estes 63% dos efetivos da CCDR Algarve, como pode verificar-se pelo mapa e gráfico seguintes.

A percentagem dos trabalhadores com idade inferior a 40 anos é de cerca de 14% e nos dois escalões seguintes (40-44) e (45-49) concentram-se 43% dos efetivos.

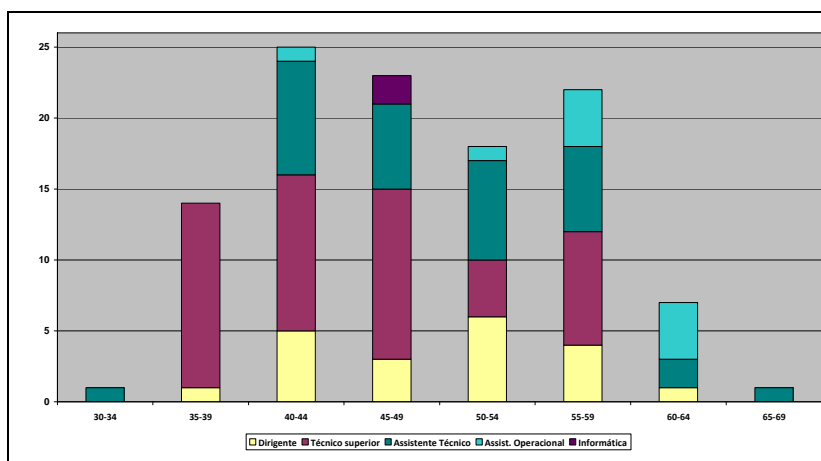
Apenas 7 trabalhadores se situam no escalão etário 60-64 anos e 1 trabalhador no escalão seguinte, 65-69 anos.

QUADRO 22
ESTRUTURA ETÁRIA EM 2011

GRUPOS /IDADES	30-34	35-39	40-44	45-49	50-54	55-59	60-64	65-69	TOTAL
Dirigente		1	5	3	6	4	1		20
Técnico superior		13	11	12	4	8			48
Assistente técnico	1		8	6	7	6	2	1	31
Assistente operacional			1		1	4	4		10
Informática				2					2
TOTAL	1	14	25	23	18	22	7	1	111

Fonte: Balanço Social 2011

GRÁFICO 13
ESTRUTURA ETÁRIA EM 2011



Fonte: Balanço Social 2011

O **Leque Etário** (trabalhador mais idoso/trabalhador menos idoso) foi de 2,2 em 2011, valor idêntico ao verificado nos anos 2010 e 2009.

e) DISTRIBUIÇÃO DOS TRABALHADORES POR NÍVEL DE ANTIGUIDADE

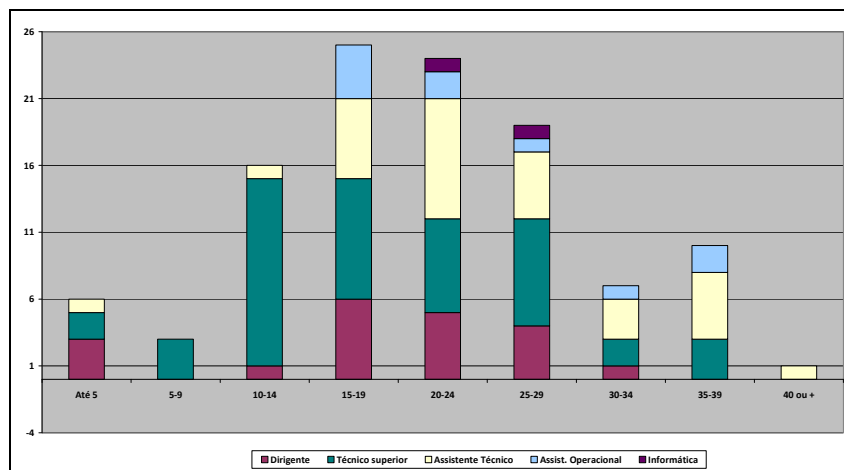
Ao nível da antiguidade, verificamos a seguinte distribuição de trabalhadores por grupo de pessoal:

QUADRO 23
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL EM 2011

GRUPO/ANOS	ATÉ 5	5-9	10-14	15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40 OU +	TOTAL
Dirigente	3		1	6	5	4	1			20
Técnico superior	2	3	14	9	7	8	2	3		48
Assistente técnico	1		1	6	9	5	3	5	1	31
Assistente operacional				4	2	1	1	2		10
Informática					1	1				2
TOTAL	6	3	16	25	24	19	7	10	1	111

Fonte: Balanço Social 2011

GRÁFICO 14
ANTIGUIDADE POR GRUPO DE PESSOAL



Fonte: Balanço Social 2011

Distinguem-se como classes que apresentam maior frequência absoluta a dos (15-19) e a dos (20-24) anos, representando 44% do total de efetivos da CCDR Algarve.

As mesmas classes representavam cerca de 50% do total em 2010 e 46% em 2009.

O nível médio de antiguidade é de 20,9 anos, o que evidencia uma grande estabilidade dos efetivos. A aposentação de efetivos que se tem vindo a registar nos últimos anos, acionada em regra pelos efetivos com mais idade, tem como efeito reduzir ligeiramente o nível médio de antiguidade.

Ao nível do **Índice de Envelhecimento** (nº de efetivos com idade superior a 54 anos * 100 / total efetivos), verificamos os seguintes valores, desde 2009:

2009	2010	2011
19,82	25,89	27,03

A evolução da taxa desde 2010 está de acordo com o expectável, face à não existência de novas admissões na CCDR Algarve.

f) DISTRIBUIÇÃO DE TRABALHADORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

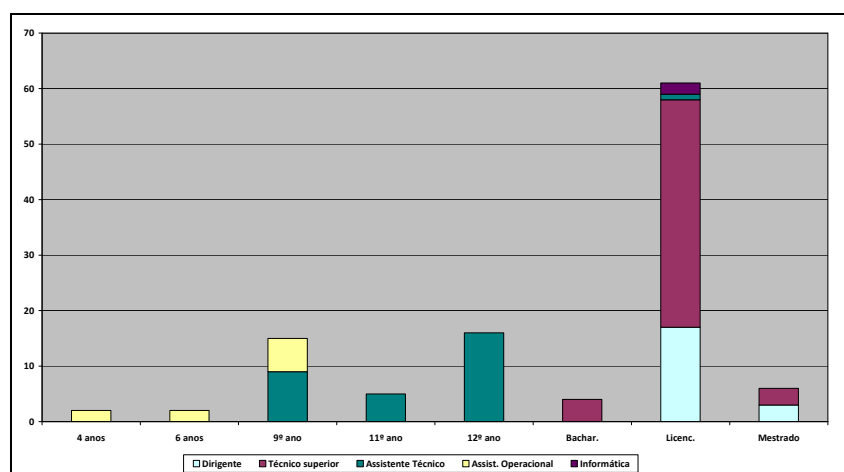
No que respeita às habilitações literárias, o pessoal da CCDR Algarve em 2011, encontrava-se assim distribuído:

QUADRO 24
ESTRUTURA HABILITACIONAL EM 2011

GRUPO/ESCOLARIDADE	4 ANOS	6 ANOS	9º ANO	11º ANO	12º ANO	BACHAR.	LICENC.	MESTRADO	TOTAL
Dirigente							17	3	20
Técnico superior						4	41	3	48
Assistente Técnico			9	5	16		1		31
Assist. Operacional	2	2	6						10
Informática							2		2
TOTAL	2	2	15	5	16	4	61	6	111

Fonte: Balanço Social 2011

GRÁFICO 15
ESTRUTURA HABILITACIONAL EM 2011



Fonte: Balanço Social 2011

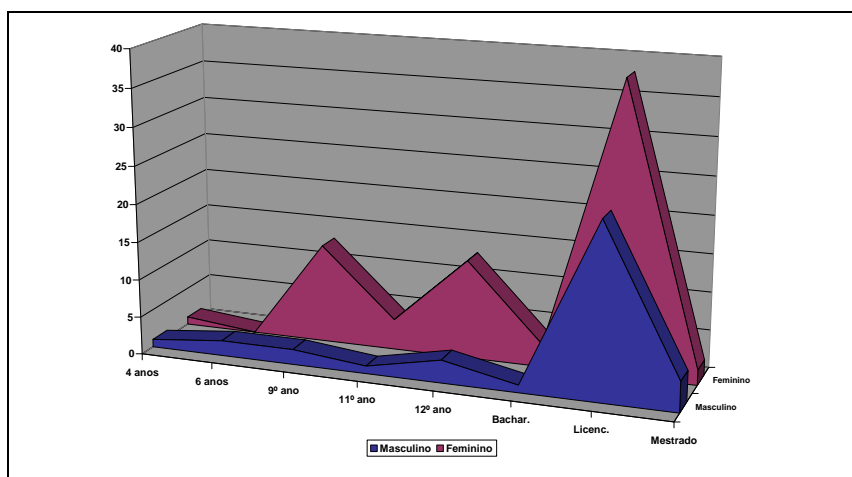
Os graus de ensino superior detidos pelos efetivos da CCDR Algarve assumem a posição dominante na estrutura dos níveis de escolaridade, com 4% de bacharéis, 55% de licenciados e 5% de mestres.

A parcela mais representativa é a de licenciados, seguida pela parcela relativa ao 12º ano de escolaridade, correspondendo a 14% do total de efetivos.

A CCDR Algarve nos últimos anos promoveu, em parceria com outras entidades, dois cursos para equivalência ao 9º ano e posteriormente ao 12º ano. Estes cursos foram frequentados pela maioria dos efetivos da CCDR Algarve que não dispunham destas habilitações, constituindo excelentes oportunidades para o reforço dos seus conhecimentos.

Na distribuição do grau habilitacional por género, constata-se existir paridade no universo do 4º ano de escolaridade e ser mais elevada a presença dos homens com 6º ano e mestrado, enquanto nos restantes níveis, as mulheres representam uma taxa bastante mais elevada, de acordo com a seguinte representação gráfica:

GRÁFICO 16
ESTRUTURA HABILITACIONAL, SEGUNDO O SEXO



Fonte: Balanço Social 2011

g) MOBILIDADE DE TRABALHADORES (ADMISSÕES/REGRESSOS E SAÍDAS)

Durante o ano de 2011 registou-se o regresso ao serviço de 2 técnicos superiores e de 2 assistentes técnicos, respetivamente a partir de Janeiro e dezembro, que se encontravam em mobilidade interna noutros serviços da administração local e central.

No que se refere às saídas de trabalhadores, contabilizam-se a 31 de dezembro de 2011 as seguintes:

- 2 saídas de 2 assistentes técnicos, em regime de mobilidade interna;
- cessação de funções de 1 dirigente superior de 1º grau (dirigente máximo do serviço)
- 2 aposentações de 2 técnicos superiores.

Efetuando o balanço de conjunto entre as admissões/regressos e as saídas, conclui-se que se registou a diminuição de 1 trabalhador face ao ano anterior.

Contudo se considerarmos que durante o ano 2011 foram celebrados 2 contratos de prestação de serviços, em regime de tarefa, nas áreas da informação e dos sistemas de informação geográfica, o nº total de efetivos totaliza 113.

h) POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS SEGUNDO A DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

Com o objetivo de corrigir a situação deficitária no que se refere aos recursos humanos em determinadas unidades orgânicas previram-se no Mapa de Pessoal de 2011 seis novos postos de trabalho, a preencher em função dos procedimentos concursais a realizar durante o ano e da disponibilidade orçamental. Estes novos postos de trabalho correspondiam a:

- *1 posto de trabalho - para recrutamento de 1 técnico superior, na área jurídica;*
- *1 posto de trabalho - para recrutamento de 1 coordenador técnico, na área do pessoal, uma vez que este posto de trabalho se encontra atualmente preenchido por um trabalhador em regime de mobilidade interna;*
- *3 postos de trabalho - para recrutamento de 3 assistentes técnicos, associados à carreira de vigilante da natureza;*
- *1 posto de trabalho – para recrutamento de 1 técnico superior, na área dos sistemas de informação geográfica.*

Importa referir que relativamente a 5 dos novos postos de trabalho previstos, procedeu-se à sua identificação no Mapa de Pessoal mas não à sua orçamentação porque à data de elaboração do orçamento não existia disponibilidade de verbas, perspetivando-se que ao longo do ano, se libertassem os recursos financeiros necessários para se realizarem os respetivos procedimentos concursais em função das saídas por aposentação ou por mobilidade interna.

Na prática as saídas ocorreram mas as restrições fortíssimas ao nível do recrutamento de novos colaboradores, impossibilitaram a realização dos procedimentos concursais.

No que se refere ao Mapa de Pessoal da Estrutura de Missão do PO Algarve 21 mantiveram-se os postos de trabalho, relativamente ao ano anterior, onde se inclui o posto de trabalho de coordenador técnico da Unidade de Controlo Interno que se encontra desocupado desde o ano 2009.

No cômputo global os Mapas de Pessoal aprovados para o ano de 2011 contemplavam 121 postos de trabalho (97 afetos à CCDR e 24 à estrutura de missão do Programa Operacional Regional), correspondendo aos ocupados mais aos necessários (novos recrutamentos, mobilidade interna).

Relativamente aos postos de trabalho que estavam previstos e não foram ocupados ao longo do ano, contabilizam-se 6.

O posto de trabalho de coordenador técnico manteve-se ocupado, não tendo sido necessário proceder à abertura de procedimento concursal.

Em resumo no quadro 25 identificam-se os 6 postos de trabalho previstos e não ocupados, segundo a dificuldade de recrutamento.

QUADRO 25
POSTOS DE TRABALHO PREVISTOS E NÃO OCUPADOS POR DIFICULDADE DE RECRUTAMENTO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Não abertura de Proc. Concursal (1)	Impugnação do procedimento concursal (2)	Falta de Autorização da Ent. Competente (3)	Procedimento Concursal Improcedente (4)	Procedimento concursal em desenvolvimento (5)
Técnico Superior	2				
Assistente Técnico	4				
TOTAL POSTOS TRABALHO	6				

Fonte: Balanço Social 2011

A conclusão destes processos concursais era crucial para a reposição de efetivos com as valências e habilitações vitais para o exercício das competências e atribuições da CCDR Algarve, já que nos últimos anos algumas unidades orgânicas ficaram desprovidas dos trabalhadores considerados fundamentais, caracterizando-se a situação atual como de pré-rutura, o que se tem refletido numa celeridade abaixo do desejável na emissão de alguns pareceres, na realização de ações de fiscalização e no tratamento das contraordenações.

Apesar do compromisso assumido pela gestão da CCDR Algarve (nos Mapas de Pessoal e nos Orçamentos de 2010 e 2011) na realização de novos procedimentos concursais, a sua concretização foi condicionada pelas novas medidas do Ministério de Estado e das Finanças, em matéria de admissões de pessoal, nomeadamente com a publicação da Leis do Orçamento de Estado para os anos 2010 e 2011, dos respetivos Decretos-lei de Execução Orçamental e da Lei nº 12-A/2010 de 30 em junho, que impuseram restrições legais e orçamentais praticamente inultrapassáveis à admissão de novos efetivos sem prévia relação jurídica de emprego público.

i) MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DOS TRABALHADORES

Em cumprimento com o estipulado na Lei do Orçamento para o ano 2011 não foram efetuadas alterações do posicionamento remuneratório dos trabalhadores desta CCDR.

j) NÚMERO DE HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

Em 2011 contabilizaram-se 202 horas e trinta minutos de trabalho extraordinário, maioritariamente associadas à carreira dos Assistentes Operacionais, responsáveis por 79% das horas realizadas. Nestes, destacam-se os motoristas.

As deslocações permanentes dos técnicos e dirigentes da CCDR Algarve justificam estas horas, que ocorreram em regra nos dias da semana. Não foram realizadas horas extraordinárias em dias de descanso complementar. Apenas se registaram 3 horas e trinta minutos de trabalho extraordinário, num feriado, de um técnico superior.

k) ABSENTISMO

No ano de 2011 registaram-se 1.152,5 dias de ausência ao trabalho, sendo que 593 dias foram por motivo de doença e 269 de proteção na parentalidade. Representam 75% do total de dias de ausência registados.

Relativamente ao ano anterior regista-se um aumento de cerca de 50% no número de dias de ausência ao trabalho. Para este resultado contribuiu decisivamente o aumento em 70% do nº de dias de ausência por doença.

O quadro a seguir indicado identifica o número de dias de ausência ao trabalho durante o ano 2011 por grupo/cargo/carreira.

QUADRO 26
Nº DE AUSÊNCIAS AO TRABALHO

GRUPO/CARGO/ CARREIRA	Casamento	Proteção na Parentent.	Falecim. familiar	Doença	Assis. Fam	P/conta período férias	Greve	Outros
Dirigente Superior				11	21	2		1,5
Dirigente Intermédio			3	115	11		3	4
Técnico Superior		119	17	143	10	13,5	2	81,5
Assistente Técnico		150	2	264	33	15		13,5
Assistente Operacional			5	60	6	3		24,5
Informático					15	1		3,0
TOTAL	0	269	27	593	96	34,5	5	128

Fonte: Balanço Social 2011

No quadro 27 está sintetizada a evolução das ausências ao trabalho no período compreendido entre 2009 e 2011.

QUADRO 27
AUSÊNCIAS AO TRABALHO 2009-2011

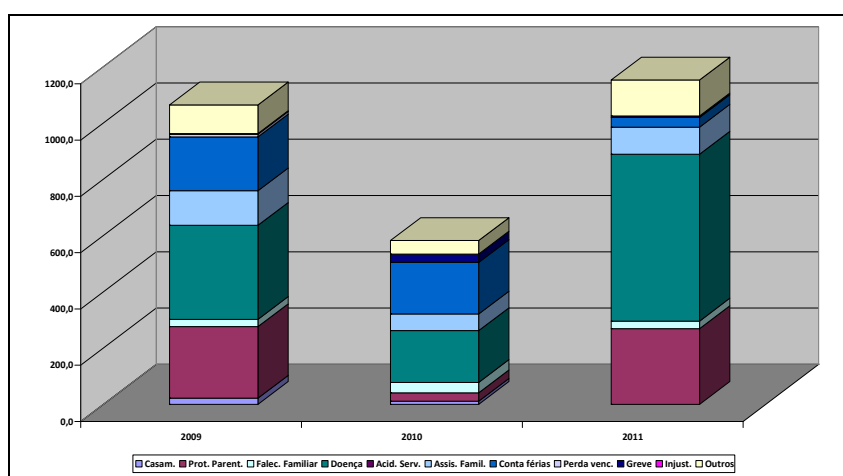
Ano/ Ausência	Casam.	Prot. Parent.	Falec. Familiar	Doença	Acid. Serv.	Assis. Fam.	Conta férias	Perda venc.	Greve	Injust.	Outros	Total
2009	22,0	254,0	26,0	334,0	0,0	123,0	191,0	10,0	2,0	0,0	102,0	1.064,0
2010	11,0	30,0	37,0	184,0	0,0	59,0	183,0	0,0	30,0	0,0	48,0	582,0
2011	0,0	269,0	27,0	593,0	0,0	96,0	34,5	0,0	5,0	0,0	128,0	1.152,5
TOTAL	33,0	553,0	90,0	1.111,0	0,0	278,0	408,5	10,0	37,0	0,0	278,0	2.798,5

Fonte: Balanço Social 2011

A evolução da **Taxa de Absentismo** (nº dias de faltas * 100 / nº anual dias trabalháveis * nº total recursos humanos) no mesmo período foi a seguinte:

2009	2010	2011
4,1%	2,2%	4,4%

GRÁFICO 17
Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA AO TRABALHO NO PERÍODO 2009-2011



Fonte: Balanço Social 2011

I) ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

A estrutura remuneratória da CCDR Algarve com referência ao mês de dezembro, tendo por base as remunerações mensais íliquidas (remuneração base + suplementos) era a seguinte:

QUADRO 28
ESTRUTURA REMUNERATÓRIA

Escalão de remunerações	Nº trabalhadores	%
Até 500 €	0	0
501-1000 €	31	27,9%
1001-1250 €	6	5,4%
1251-1500 €	17	15,3%
1501-1750€	11	9,9%
1751-2000 €	13	11,7%
2001-2250 €	5	4,5%
2251-2500 €	4	3,7%
2501-2750 €	2	1,8%
2751-3000 €	12	10,8%
3001-3250 €	0	0%
3251-3500 €	5	4,5%
3501-3750 €	1	0,9%
3751-4000 €	4	3,6%
TOTAL	111	100%

*Nota: Consideram-se apenas os trabalhadores em RCTFP.
Excluem-se as aquisições serviços.*

Conclui-se que cerca de 33% dos trabalhadores auferem entre 501 e 1.250€ e 36,9% entre 1.251 e 2.000€. Somando estas percentagens, contabilizam-se cerca de 70% de trabalhadores cujas remunerações brutas não ultrapassam os 2.000€. No escalão dos 2751-3000€ identificam-se cerca de 11% e no intervalo 3251-4000€ contabilizam-se 3,6%, que somados totalizam 14,6% contrariamente aos 21% dos trabalhadores registados em 2010.

As reduções salariais efetuadas no ano 2011 produziram algum impacto sobre a estrutura remuneratória, aumentando o nº de trabalhadores com remunerações entre os 501-2000€ e diminuindo os que auferiam remunerações entre os 3251-4000€.

Em termos de Remuneração Mínima e Máxima, por género, as remunerações brutas ilíquidas distribuíam-se da seguinte forma:

(euros)

REMUNERAÇÃO	MASCULINO	FEMININO
Mínima	649	532
Máxima	3.794	3.794

Pela 1ª vez a remuneração máxima dos géneros masculino e feminino é igual.

O leque salarial ilíquido obtido a partir da maior remuneração base ilíquida, que em 2011 ascendeu a € 3.794, e a menor remuneração base ilíquida, que em 2011 ascendeu a € 532 foi de 7,13. A saída do Diretor Geral em meados de dezembro de 2011 naturalmente influenciou o cálculo do leque salarial pois estava associada ao mesmo a maior remuneração praticada na CCDR Algarve.

m) ENCARGOS COM PESSOAL

O total dos encargos com pessoal totalizou € 3.315.841, distribuídos pelas seguintes despesas:

(euros)

Rem. Base	Suplementos remuneratórios	Encargos c/ prestações e benefícios sociais	Outros encargos com pessoal	TOTAL
2.621.391	99.877	109.050	485.523	3.315.841

n) ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

Durante o ano 2011 não ocorreram acidentes de serviço e doenças profissionais.

o) FORMAÇÃO PROFISSIONAL

No período 2009-2010, assistimos a uma evolução positiva nos principais indicadores de formação, seguida do ano 2011 em que não foi possível dar cumprimento ao estabelecido na RCM nº 89/2010, de 17 de novembro por motivos financeiros.

Em resumo, no quadro 29 sistematizam-se os principais indicadores da formação realizada, sendo importante sublinhar que o ano 2010 foi na realidade nos últimos anos o que registou maior volume de horas de formação, essencialmente na sequência da execução de uma candidatura de pedido de financiamento ao POPH, Eixo 8.3.3.

QUADRO 29
AÇÕES DE FORMAÇÃO – ANOS 2009 A 2011

Ano	Tipo	Nº Ações	Nº Participações	Nº Horas de Formação
2009	Internas	2	8	319
	Externas	22	51	8133
2010	Internas	4	57	1381
	Externas	11	11	281
2011	Internas	3	3	16
	Externas	-	-	-

Nota: Nº Participações refere-se ao nº de trabalhadores que participaram nas ações

p) RELAÇÕES PROFISSIONAIS

Entre os efetivos da CCDR Algarve contabilizam-se 10 trabalhadores sindicalizados.

A Comissão Paritária eleita em 2011 conta com a participação de 10 trabalhadores.

q) DISCIPLINA

Em 2011 não foram instaurados processos disciplinares.

IV – AVALIAÇÃO FINAL

Embora num quadro difícil de escassez estrutural de recursos, foi possível cumprir os objetivos definidos no âmbito do QUAR (dos 9 objetivos fixados, 6 foram superados e 3 atingidos), não só porque estes foram definidos de forma realista, tendo em conta os meios disponíveis, mas também devido ao empenho da generalidade dos trabalhadores da CCDR Algarve.

Neste contexto, proponho nos termos do disposto no nº 1 do artigo 18º da Lei nº 66-B/2007, de 28 de dezembro, a atribuição da menção de desempenho de BOM à CCDR Algarve.

ANEXOS

ANEXO I

Tabelas de execução por Unidade Orgânica

*Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSDR	Promover a realização de seminários / eventos / ações que contribuam para influenciar a agenda regional	N.º de seminários / eventos / ações	Seminários eventos / ações realizados	6 Seminários / eventos / ações	Organizados/co-organizados 26 eventos / seminários	A meta prevista foi largamente ultrapassada. Ao longo do ano foram recebidos diversos convites de outras entidades para apoiar e/ou participar em eventos organizados em parceria. As temáticas destes eventos foram consideradas oportunas e relevantes no âmbito da agenda regional.	
2	DSDR	Assegurar a divulgação de informação europeia aos cidadãos e a empresas	N.º de sessões nas escolas	Sessões realizadas nas escolas	20 Sessões em escolas	23 Sessões em escolas	Verificou-se um ligeiro desvio à meta traçada porque surgiram algumas solicitações por parte das escolas, que não estavam programadas.	
			N.º de mailings informativos enviados a empresas	Mailings enviados a empresas	5 Mailings	Foram enviados 25 mailings informativos para empresas	A dinâmica da produção de informação sobre as temáticas pertinentes para o tecido empresarial da região determinou o envio dos mailings ao longo do ano. Este facto contribuiu para ultrapassar a meta traçada.	
3	DER	Incrementar a capacidade de Observação das Dinâmicas Regionais	Atualização dos indicadores de monitorização	Atualizados no prazo / Não atualizados no prazo	Atualizar os indicadores até 31/12/2011	Objetivo superado os indicadores foram atualizados até 15/12/2011	Mecanismos de melhoria nos procedimentos de recolha e tratamento	Boletins publicados no site da CCDR Algarve
			Lançamento de boletins de conjuntura, que deverão incluir 8 indicadores de contexto, 6 de realização e 6 de resultado	Boletins divulgados /lançados	2 Boletins de Conjuntura	4 Boletins de Conjuntura	Mecanismos de melhoria nos procedimentos de recolha e tratamento e optimização de procedimentos de publicação	Boletins publicados no site da CCDR Algarve

4	DER	Dinamizar e manter atualizada uma base de Indicadores de Desenvolvimento Competitivo e Sustentável para a região do Algarve, com base na metodologia da rede NECS TOUR	N.º de indicadores calculados	Indicadores calculados	Responder às solicitações da coordenação da rede até 29/07/2011	Todas as Respostas às solicitações da coordenação da rede até 29/07/2011 foram respondidas		Emails trocados com a coordenação da Rede
					Apresentar uma base estabilizada até 30/11/2011 para a publicar na página da CCDR Algarve	O desenvolvimento Iniciativa perdeu pertinência com o desenvolvimento dos trabalhos	A rede NECSTouR com base no trabalho desenvolvido e os problemas identificados entendeu avançar por via de uma prestação de serviços a peritos internacionais	
5	DER	Manter atualizado, com caráter semestral, a informação relativa às Áreas de Acolhimento Empresarial do site "Algarve Acolhe" e assegurar a monitorização da sua dinâmica.	N.º de áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo	Áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2011	Todas as áreas de acolhimento com informação atualizada com trabalho de campo até 30/06/2011	Prazos cumpridos		Datas de informação de base no site Algarve Acolhe
			% de áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2011	Áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2011	Pelo menos 50% das áreas de acolhimento com trabalho de campo realizado e lançado no site até 31/12/2011	Foram atualizadas 90,4% das áreas	Mecanismos de melhoria e optimização dos procedimentos de recolha e tratamento	Datas de informação de base no site Algarve Acolhe
6	DER	Acompanhar /coordenar a execução do projeto Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais (TASA) até 30/09/2011	Metas do projeto cumpridas até 30/09/2011	Metas do projeto cumpridas até 30/09/2011	Cumprir as metas do projeto até 30/09/2011	Metas do projeto foram superadas	Os resultados finais do projeto superaram todos os requisitos do caderno de encargos em número de ações e de produtos esperados Por via do empenho dos atores envolvidos	Relatório Final do projeto
7	DCOOP	Dinamizar a cooperação transfronteiriça e transnacional e interregional, assegurando a participação da CCDR em projetos e ações de âmbito internacional, se assegurados os meios financeiros adequados	Nº de participações em projetos	Participações em projetos	Participação em 3 projetos	Participação em 5 projetos:		Correspondência, convocatórias, programas, ordens de trabalho, atas, relatórios e outros documentos.
			N.º de ações asseguradas	Ações asseguradas	Assegurar 5 ações	Participação 7 ações:		Correspondência, convocatórias, programas, ordens de trabalho, atas, relatórios e outros

						<p>Acompanhamento – POCTEP;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Encontro sobre o PACTAAA; • Reunião do Conselho da EUORREGIÃO; • ANDALUZÍADAS II • Open Days - Seminário sobre o Mar. 		documentos.
8	DCOOP	Colaborar na dinamização do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de dados do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça – Área Territorial 5 Alentejo-Algarve-Andaluzia	Indicadores disponibilizados	Indicadores disponibilizados no prazo / não disponibilizados no prazo	Disponibilizar a informação 30 dias antes da publicação do boletim	Os dados foram disponibilizados à DER antes do prazo previsto		
9	DCOOP	Assegurar que 75% da despesa apresentada pelos parceiros dos projetos POCTEP seja validada num prazo inferior a 30 dias úteis	% de despesa validada e prazo médio de apreciação de pedidos	Despesa validada e prazo médio de apreciação dos pedidos	Assegurar que 75% da despesa apresentada é validada num prazo médio inferior a 30 dias úteis	Toda a despesa enviada e considerada elegível é validada num prazo inferior aos 30 dias úteis.		
10	DCOOP	Assegurar que 70% das candidaturas da 2ª convocatória do POCTEP – Área Territorial 5 - Alentejo/Algarve/Andaluzia, iniciem os projetos e enviem despesa até 31/12/2011	% de candidaturas iniciadas e com despesa enviada para validação até 31/12/2011	Candidaturas iniciadas e com despesa enviada para validação até 31/12/2011	Assegurar que 70% das candidaturas iniciem o projeto e enviem despesa para validação até 31/12/2011	50% dos projetos da 2ª Convocatória enviaram despesa para validação até 31/12/2011	O desvio ficou a dever-se ao facto dos projetos da 1ª Convocatória não terem terminado em dezembro de 2010 como previsto em candidatura. Foram prorrogados 3 vezes: 30 de junho de 2011, 31 de dezembro de 2011 e 30 de abril de 2012. Esta situação contribuiu para atrasar o início dos projetos da 2ª Convocatória	
11	DP	Desenvolver e acompanhar atividades no domínio do planeamento regional e local	% de atividades desenvolvidas / acompanhadas	Atividades desenvolvidas / acompanhadas	Desenvolver / acompanhar 100 % das atividades com intervenção da Divisão	100%		

12	DP	Colaborar na preparação e acompanhamento dos instrumentos de gestão da CCDR (QUAR, Plano e Relatório de Atividades)	% de instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Instrumentos de gestão elaborados e acompanhados	Colaborar na elaboração de 100% dos instrumentos de gestão da CCDR	100%		
13	DP	Colaborar na dinamização do Centro de Observação das Dinâmicas Regionais através da recolha, tratamento e fornecimento de informação de âmbito social	N.º de atualizações trimestrais da informação relativa a indicadores de âmbito social para o Boletim de Conjuntura	Atualizações trimestrais realizadas	2 atualizações	4 atualizações		

*Direção de Serviços de
Ordenamento do Território*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

N.º	Subunidade e Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSOT	Coordenar a implementação do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (IGT) e participar na aplicação do regime jurídico de urbanização e da edificação (RJUE)	Assegurar a implementação e monitorização do Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROT Algarve)	N.º de Reuniões do Observatório do PROT Algarve	2 Reuniões	2 Reuniões		FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011
				Preparação de relatório anual de monitorização do PROT Algarve	1 Relatório	1 Relatório		FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011
			Acompanhar a elaboração, alteração, revisão e suspensão dos planos municipais de ordenamento do território (PMOT) e a respetiva avaliação ambiental estratégica	N.º de reuniões - Conferências de Serviços (CS) e Comissões de Acompanhamento (CA)	10 Reuniões	10 Reuniões		FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011
				N.º de outros PMOT, cujo acompanhamento e apreciação implique uma complexidade equivalente aos submetidos a CS ou CA	10 Planos	16 Planos	O número de solicitação de acompanhamento de planos, por parte das CM, foi superior ao estimado	FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011
				N.º de planos apreciados quanto à avaliação ambiental estratégica (AAE)		6 Planos	Inicialmente não foi possível estimar o n.º de planos sujeitos a AAE	FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011
			Assegurar a avaliação de projetos estruturantes (NDT e NDE) e demais procedimentos legais previstos	N.º de projetos avaliados	10 Projetos	14 Projetos (8 NDT +6 NDE)	O n.º de NDE apresentado foi superior ao estimado	FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011

			<i>Assegurar o papel de Entidade Coordenadora no processo de consulta às Entidades Externas, bem como de Entidade da Administração Central Consultada, sobre operações urbanísticas, em razão da localização (Sistema Informático do RJUE)</i>	<i>Respostas aos requerimentos, garantindo a decisão final após pronúncia das entidades consultadas, ou através de conferência decisória, quando aplicável, bem como os pareceres enquanto Entidade da Administração Central Consultada</i>	<i>200 Respostas</i>	<i>161 Respostas</i>	<i>A expectativa da adesão gradual das CM ao SIRJUE não se verificou, tendo o n.º de consultas ficado aquém do inicialmente estimado</i>	<i>FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011</i>
			<i>Apreciar pretensões em matéria de uso, ocupação e transformação do solo</i>	<i>N.º de pretensões apreciadas</i>	<i>10 Apreciações</i>	<i>65 + 7 = 72 Apreciações</i>	<i>Não tendo sido aprovado PDM de Lagos o n.º de solicitações muito superior ao estimado</i>	<i>FileDoc e Relatório de avaliação da DGTQC, de 04/01/2011</i>
			<i>Garantir a salvaguarda da integridade da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) do PROT Algarve</i>	<i>N.º de avaliações de conteúdos sobre a salvaguarda da ERPVA na elaboração de PU e PP</i>	<i>5 Avaliações</i>	<i>6 Avaliações</i>		<i>Registado no FileDoc: PP Parchal PU Frente Mar Albufeira PUCA PIER Peral PP Montegordo Nascente</i>
				<i>N.º de exercícios de apoio à transposição da ERPVA para a Estrutura Ecológica Municipal</i>	<i>2 Exercícios de transposição da ERPVA</i>	<i>3 Exercícios</i>		<i>Registado no FileDoc: PIER Escarpão; PDM de VRSA; PIER Peral</i>

2	DSOT	Assegurar a implementação do Regime Jurídico da REN e integrar a Entidade Regional da Reserva Agrícola	Garantir a apreciação dos pedidos de Autorização e de Comunicação Prévia no âmbito da REN	N.º de pareceres emitidos	400 Pareceres	947 Pareceres produzido; estimativa de 75% pareceres específicos (473)	N.º muito excedido, por incluir avaliações e reavaliações, dado que muitas das pretensões não são resolvidas num só momento	Registado no FileDoc: inclui pareceres, solicitação de elementos instrutórios e prestação de esclarecimentos
			Conclusão do processo de delineamento das Orientações Estratégicas Regionais da REN para o Algarve e o Esquema Regional de Referência	Relatório final emitido e mapa de delineamento do Esquema Regional da REN	1 Relatório final 1 Mapa regional	1 Relatório final 1 Mapa regional		A CCDR participou na SEAOT na elaboração das Orientações Estratégicas Nacionais
			Acompanhar e aprovar as propostas de delimitação da REN no âmbito dos PMOT	N.º de processos acompanhados e de pareceres emitidos	10 Processos/ pareceres	6 Processos 12 Pareceres	Foi diminuído o número de novas solicitações	Registado no FileDoc
			Apreciar os projetos de infraestruturas com financiamento comunitário, de investimentos agrícolas e florestais e outros	N.º de projetos apreciados	25 Projetos	45 Projetos (24 infraestruturas 21 PGF)	Excedido em função do aumento significativo de Planos de Gestão Florestal	Registado no FileDoc
			Apreciar e autorizar usos não agrícolas de solos da RAN, no âmbito da participação na Entidade Regional da Reserva Agrícola (ER RAN), como membro integrante desta	N.º de participações em reuniões	40 Reuniões	45	Verificou-se um ligeiro aumento do n.º de reuniões realizadas	Registado no FileDoc e na ata n.º 44/2012, de 20/01/2012 da ER_RAN, com a descrição da atividade desenvolvida em 2011
			Articular com a Divisão de Vigilância e Controlo (DVC), em matéria de	N.º de pareceres emitidos sobre os relatórios de fiscalização	150 Pareceres e respostas	51 Pareceres formais	Redução de pareceres formais	Registado no FileDoc. Não foram contabilizados os

			<i>fiscalização e análise de denúncias / reclamações, nomeadamente em REN</i>	<i>da DVC, e respostas a denúncias / reclamações</i>			<i>associada à redução da atividade da DVC, por ausência de corpo de vigilantes</i>	<i>pareceres que não refletiram análise técnica ou proposta de procedimento para reposição da legalidade</i>
3	DSOT	<i>Colaborar com a Direção de Serviços de Ambiente (DSA), na implementação dos regimes jurídicos da AIA e da AlncA</i>	<i>Emitir pareceres sobre processos de AIA e de AlncA, nos domínios do ordenamento do território, do uso do solo e da paisagem</i>	<i>N.º de pareceres emitidos</i>	<i>15 Pareceres</i>	<i>29 Pareceres (7 DGTQC; 22 DOTCNVP)</i>	<i>N.º excedido em função do aumento de projetos de investimento em energias renováveis</i>	<i>Registado no FileDoc</i>
4	DSOT	<i>Assegurar a participação da CCDR em projetos de âmbito internacional, contribuindo para manter o nível da dinamização da cooperação externa</i>	<i>Participação no projeto ANDALBAGUA (Transfronteiriço) financiado pelo POCTEP</i>	<i>N.º de relatórios técnicos, incluindo cartografia</i>	<i>2 Relatórios</i>	<i>2 Relatórios</i>	<i>Foi garantida participação em Seminários e reuniões técnicas</i>	<i>Registos no FileDoc</i>
			<i>Participação no projeto PAYS MED URBAN (Transnacional) financiado pelo PO MED</i>	<i>N.º de relatórios técnicos, incluindo cartografia</i>	<i>2 Relatórios</i>	<i>4 Relatórios</i>	<i>N.º excedido pela necessidade de redigir relatórios sobre seminários realizados</i>	<i>Registos no FileDoc Foram realizadas sessões públicas de divulgação do projeto</i>
5	DSOT	<i>Modernizar os meios de apreciação técnica, recorrendo às TIC – 2.ª Fase</i>	<i>Delimitação das áreas de intervenção de 3 Planos de Ordenamento da Orla Costeira, 3 Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas e 3 Planos de Ordenamento da Albufeiras de Águas</i>	<i>N.º de planos disponibilizados</i>	<i>9 Planos</i>	<i>9 Planos</i>		<i>Plataforma IDEALG na qual constam os referidos planos está disponível na intranet da CCDR</i>

			<i>Públicas</i>					
6	DSOT	<i>Assegurar o acompanhamento de projetos e programas estratégicos</i>	<i>Acompanhar a elaboração do Projeto de Requalificação da EN125 e de planos e projetos no âmbito do Programa Polis</i>	<i>N.º de relatórios /pareceres de análise dos planos e projetos</i>	<i>5 Relatórios / pareceres</i>	<i>7 Relatórios</i>	<i>Excedido, em função do aumento de solicitações da Soc. Polis</i>	<i>Registos no FileDoc</i>
7	DSOT	<i>Colaborar /cooperar com as Entidades da Administração Central e/ou Local</i>	<i>Apresentar comunicações em seminários ou encontros técnicos</i>	<i>N.º de participações, com apresentação de comunicação</i>	<i>2 Participações</i>	<i>6 Participações</i>	<i>Excedido em função do número de solicitações externas</i>	<i>Registos no FileDoc. O setor participou na ação de formação da CCDR ministrada à SEPNA/GNR</i>
			<i>Representar a CCDR em conselhos, comissões e júris</i>	<i>N.º de participações em reuniões</i>	<i>10 Participações</i>	<i>12 Participações</i>	<i>Registos no FileDoc</i>	

*Direção de Serviços de
Ambiente*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSA	Executar o plano de ação para os Resíduos de Construção e Demolição (RC&D)	Fiscalizar locais onde há gestão de RC&D	N.º de locais com RC&D fiscalizados	10 locais	18 locais		Foi elaborado um relatório de visita para cada um dos locais visitados
2	DSA	Promover ações de formação para o SEPNA (Serviço de Proteção da Natureza e Ambiente) no âmbito do protocolo celebrado com a GNR	Ações de formação que integram os conteúdos de 4 descritores ambientais (ar, ruído, resíduos, extração mineral)	Número de ações de formação realizadas	2 ações	4 ações	Foram efetuadas duas ações em sala e duas ações de campo	No âmbito das ações em sala foi produzida documentação que foi entregue aos participantes
3	DSA	Remodelar os conteúdos de ambiente na página da CCDR Algarve	Descritores ambientais atualizados no site da CCDR Algarve	N.º de descritores atualizados	Atualizar os descritores ruído, resíduos, avaliação de impacte ambiental, extração mineral	4 descritores		
4	DSA	Verificar o funcionamento dos estabelecimentos de reparação automóvel	Fiscalizar estabelecimentos de reparação automóvel	N.º de estabelecimentos fiscalizados	Fiscalizar 100 estabelecimentos	50 estabelecimentos	Após início dos trabalhos verificou-se que a lista fornecida pelas entidades licenciadoras não correspondia à realidade estando encerrados inúmeros estabelecimentos	Em cada estabelecimento que foi visitado foi elaborado relatório de visita que está arquivado no processo correspondente a cada estabelecimento
5	DSA	Efetuar a caracterização acústica de Portimão em época alta	Realizar medições acústicas em pontos definidos	N.º de medições acústicas realizadas nos pontos definidos	Medições em 6 pontos nos 3 períodos de referência previstos na legislação do ruído	Foram efetuadas medições nos 6 pontos e nos 3 períodos		O relatório entregue está arquivado na DSA
6	DSA	Elaborar relatório da situação de gestão de resíduos na região do Algarve entre 2006 e 2010	Relatório da situação dos estabelecimentos legais e ilegais de gestão de resíduos	Relatório concluído no prazo / não concluído no prazo	Conclusão do relatório até 15 de dezembro	O relatório foi entregue em setembro de 2011		O relatório entregue está arquivado na DSA

*Direção de Serviços de
Apoio Jurídico e à Administração Local*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO E À ADMINISTRAÇÃO LOCAL

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSAJAL	Analisar e verificar as Contas de Gerência dos Municípios do Algarve, referentes ao ano de 2010	Análise, verificação e deteção de não conformidades entre os dados registados no software da DGAL (base de dados) e os constantes nas respetivas contas de gerência dos Municípios de 2010, até final de julho de 2011.	Analisadas no prazo/ Não Analisadas no prazo	Verificar dentro do prazo fixado 80 % das contas de gerência recebidas até maio	Foram rececionadas 12 cantas de gerência e analisadas 10. Objetivo cumprido		
2	DSAJAL	Analisar os Balanços Sociais das Autarquias, referentes ao ano 2010	Solicitar às autarquias a correção dos erros detetados, até julho 2011	Balanços Sociais analisados e correção dos erros detetados	Julho 2011	Não houve correções a fazer	Os dados são exportados diretamente para a base de dados da DGAL	
				Análise gráfica	Novembro 2011	Não foi efetuada		
3	DSAJAL	Assegurar a gestão dos processos de contraordenação e a articulação com as ações de fiscalização	Encerramento dos processos de contraordenação, referentes aos anos 2006-2010	N.º de processos de contraordenação com relatório	100 Processos	Foram encerrados /concluídos 237 processos. 171 através de relatórios e 66 através de CSI.		A base permite extrair listagens dos processos
				Acompanhamento dos processos que se encontram para decisão no tribunal (recurso e execução)	50 Processos	No final do ano encontravam-se em tribunal para impugnação e para execução um total de 84 processos	Em 2011 foram enviados 64 processos para tribunal	A base permite extrair listagens dos processos
				N.º de notificações emitidas (1ªs notificações e notificações com decisão)	150 Notificações	Foram efetuadas 300 notificações (1ªs notificações – envio dos autos de notícia e notificações com a decisão)		Através do filedoc
4	DSAJAL	Colaborar na gestão das ações de cooperação técnica e financeira e do Programa Equipamentos	Candidaturas analisadas	Analisadas no prazo/ Não Analisadas no prazo	Garantir que as candidaturas apresentadas são analisadas no prazo máximo de 15 dias úteis.	Não foram analisadas candidaturas no âmbito destes programas	O desvio registado deve-se ao facto de as entidades não terem apresentado candidaturas	

*Direção de Serviços de
Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira*

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DPE/DRH	Promover a desmaterialização de processos (Partilhado com a DSI)	Integração do Sistema de Gestão Documental (FILEDOC) com o Sistema Integrado de Gestão (SINGAP)	Data de conclusão da integração	Conclusão até 31 de outubro	Não cumprido	A empresa responsável pela operacionalização da integração não concluiu atempadamente as rotinas necessárias para que a mesma fosse concluída internamente nos prazos estabelecidos.	
			Monitorização da informação gerada pelo Portal do Trabalhador	Elaboração de 2 relatórios anuais	Apresentação dos relatórios a 31 de Julho e de Dezembro respetivamente	Superado	Foram elaborados 2 relatórios nas datas estabelecidas e efetuada uma monitorização permanente da aplicação e dos problemas ocorridos de forma a minimizar o impacto dos mesmos junto dos utilizadores	
2	DF/DPE/DRH	Atualização dos fluxogramas de circuitos internos de Controlo Interno	Elaboração dos fluxogramas por subunidade orgânica (financeira, património e recursos humanos)	Elaboração de 3 fluxogramas	Até 31 de dezembro	Parcialmente cumprido	Foram elaboradas os fluxogramas das subunidades orgânicas do património e dos recursos humanos. A área financeira não conseguiu terminar o seu fluxograma porque foram atribuídas outras tarefas prioritárias e urgentes	

3	DRH	Garantir que até 2013 todos os trabalhadores em funções públicas tenham acesso à formação adequada	Elaboração do diagnóstico das necessidades de formação	Apresentação de 1 relatório com o diagnóstico das necessidades de formação e propostas de parcerias para a sua concretização	Apresentação até 15 de julho	Cumprido	Foi elaborado o relatório no prazo estabelecido entretanto revisto	
			Assegurar a participação dos trabalhadores em ações de formação	Nº de trabalhadores que participaram em ações de formação	Participação de 20% dos trabalhadores	Objetivo reformulado		
4	DF	Monitorização dos Centros de Custo	Validação da informação gerada pelos centros de custo por unidade orgânica	Elaboração de 2 relatórios	Apresentação dos relatórios a 31 de julho e de dezembro respetivamente	Cumprido	Foram elaborados os relatórios nos prazos estabelecidos	
5	DF	Submissão automática dos pedidos de pagamento ao PO Algarve 21	Integração do Sistema Integrado de Gestão (SINGAP) com o sistema do PO Algarve 21	Data de conclusão da integração	Conclusão até 31 de outubro	Não cumprido	O colaborador externo responsável pela operacionalização da integração não concluiu atempadamente as rotinas necessárias para que a mesma fosse concluída internamente nos prazos estabelecidos	
6	DRH	Reavaliação da informação dos processos individuais no módulo de gestão de pessoal da Quidgest	Nº de processos individuais atualizados	Data de conclusão	Conclusão até 31 de dezembro	Parcialmente cumprido	Foi dada continuidade ao processo de reavaliação da informação dos processos individuais contabilizando-se mais de 70% de processos já revistos	
			Qualidade	Grau de erros	Grau de erros - até 10%			

***Divisão de Sistemas de
Informação***

DIVISÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DSI	Disponibilizar ferramenta que permita acesso eletrónico da informação processual através do site institucional	Serviços On-line - 3ª fase	Prazo	Novembro	Serviços On-line (3ª fase) disponibilizados no site institucional em setembro		
2	DSI	Promover a desmaterialização de processos	Otimização do Sistema de Contraordenações	Prazo	Agosto	Finalizado em junho		
3	DSI	Assegurar uma disponibilidade dos servidores superior a 99%, durante 365x24	% de disponibilidade do servidor durante 365x24	% de disponibilidade	Superior a 99%	Disponibilidade superior a 99,75%		
4	DSI	Garantir o apoio aos utilizadores dos sistemas informáticos.	Resposta a pedidos de Helpdesk	Prazo de resposta	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 95%		Os pedidos que ultrapassaram o prazo são de Nível II. Os pedidos de Nível I foram todos dentro da meta prevista.
5	DSI	Facultar informação sobre a instituição e suas atividades proporcionando ao exterior um site útil, atual e completo.	Pedidos de atualização do site	Prazo de resposta	2 Dias	Prazo de resposta cumprido para 94%		Alguns pedidos ultrapassam o prazo por necessitarem de elementos adicionais.
6	DSI	Modernizar as Plataformas Tecnológicas	Atualização de equipamentos	% de equipamentos atualizados	10%	0%	Devido a restrições orçamentais não foram atualizados equipamentos.	
7	DSI	Consolidar a Virtualização dos servidores aplicativos criando sistema de backup redundante.	Implementação da solução de Backup	Prazo	Outubro	Foi implementado um sistema automático de cópias de segurança num local físico distinto da sede permitindo aumentar a capacidade de reposição dos serviços em caso de falhas ou avarias.		

*Divisão de Vigilância e
Controlo*

DIVISÃO DE VIGILÂNCIA E CONTROLO

N.º	Subunidade Orgânica	Objetivo da Unidade Orgânica / Projetos / Atividades	Indicadores		Meta	Resultados	Justificação dos desvios	Observações / evidências
			Descrição	Fórmula de cálculo				
1	DVC	Executar o Plano de Ação para os RCD na região do Algarve	Realização de ações de fiscalização a locais com RCD ao longo do ano, em parceria com a DSA	N.º de locais fiscalizados	10 locais	17 locais	O acréscimo deveu-se à elevada disponibilidade e dinâmica da chefia na concretização de ações de fiscalização, para seguimento dos processos pendentes, nomeadamente de RCD	Lista com NUI dos documentos relativos aos locais fiscalizados
2	DVC	Regularizar situações de incumprimento ao regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN)	Reposição da legalidade em locais com infrações à REN ao longo do ano, em parceria com a DOTCNVP e com a DAJ	N.º de locais com reposição da legalidade	15 locais	10 locais	Por imposições legais decorrentes dos PCO, a contribuição da DAJ foi pouco expressiva em 2011 (apenas será preponderante em 2012), tendo-se revisto em agosto a Meta para «7 locais»	Lista com NUI dos documentos relativos à confirmação da evidência
3	DVC	Assegurar a vigilância do território, nas suas vertentes ambiental e do ordenamento	Ações de fiscalização	N.º de documentos de fiscalização	96 Documentos de fiscalização	165 documentos de fiscalização	Acréscimo deveu-se à elevada disponibilidade e dinâmica da chefia na concretização de ações de fiscalização, para seguimento dos processos pendentes	Lista com NUI dos documentos relativos às ações de fiscalização



CCDR *Alg* COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE

Sede

Praça da Liberdade, 2 – 8000-164 FARO
Telef.: 289 895 200/99 Fax: 289 889 099
<http://www.ccdr-alg.pt>
Email: geral@ccdr-alg.pt